



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS

SERVIÇO SOCIAL EM ANGOLA:
Itinerário Histórico e Caminhos de Inovação Social

Felicidade Buzi

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Serviço Social

Orientador: Prof. Dr. Francisco Branco

Lisboa, Abril 2015

DEDICATÓRIA

Aos dois que me quiseram, geraram e amaram
Sem mais nada ambicionarem,

Aos dois, que sou.
Porque eu sou eles,

Ao meu Pai, Félix Muanda, e à minha Mãe Cristina Muabi,
Dedico este esforço intelectual.

AGRADECIMENTOS

Estou profundamente grata pela paciência pedagógica e humana de que fui alvo pelo Senhor Professor Doutor FRANCISCO JOSÉ DO NASCIMENTO BRANCO, meu professor, inspirador e orientador deste trabalho.

Estou muito grata pela ajuda e orientação da Sra Professora Doutora Inês AMARO, Coordenadora do meu Curso de Mestrado em Serviço Social.

Estou, finalmente, muito grata por todos, cujos nomes, ajuda e encorajamentos através deste árduo esforço ficam marcantes, para sempre, no meu coração.

RESUMO

Apresentam-se nesta dissertação os seis eixos de geração da formação-profissão do Serviço Social, desde 1961 até hoje, em Angola, e reconhecem-se três marcos sociopolíticos, responsáveis pela diferenciação de sua configuração: (i) a Fase da Implantação do Serviço Social em Angola, com eixo na fundação e funcionamento do Instituto Pio XII (1961-1974); (ii) a Fase de Inibição do Serviço Social em Angola, com uma ausência significativa de qualquer eixo de geração da formação-profissão do Serviço Social (1975-2002); e (iii) a Fase da Refundação do Serviço Social em Angola, com eixo na fundação e funcionamento do Instituto João Paulo II, do Instituto Superior de Serviço Social e do Centro de Formação de Quadros Sociais do Ministério da Segurança e Reinserção Social (2002 – Hoje).

Desenvolve-se uma análise bidimensional – dimensão reflexiva ou introspectiva dos dados pertinentes sobre os 6 eixos e dimensão comparativa luso-angolana de dados relevantes – e retém-se que: (i) o Serviço Social em Angola, reflexivamente, passa, qualitativamente, de um modelo fundamentalmente “reactivo e terapêutico”, muito característico das suas duas primeiras Fases, para um modelo tendencialmente “proactivo, terapêutico e empreendedor”, já característico da última Fase, em curso, desde 2002 até hoje; (ii) o Serviço Social em Angola, comparativamente com alguns referenciais do Serviço Social Português, mostra que o primeiro deve descolar para uma aspiração e qualificação de configuração “Mais Global”, considerados predadores desta configuração qualitativa os prumos institucionais internacionais das Associação Internacional das Escolas do Serviço Social, Federação Internacional dos Assistentes Sociais, Declaração dos Direitos Humanos e também da Inovação Social (Europeia).

Em particular, é feito um ensaio compreensivo da Inovação Social sobre o Serviço Social Angolano e ilustra-se que (i) Angola caracteriza-se, actualmente, como “socialmente ainda muito deficitária”, em cuja identificação de (novas) necessidades sociais regista uma pobreza severa e crianças abandonadas em centros urbanos, carecendo de hierarquização programática solutiva.

Palavras-chave: “Serviço Social – Serviço Social Angolano – Serviço Social Global – Inovação Social”.

ABSTRACT

Approaching the 6 milestones of the Angolan Social Work's course it comes out that 3 different periods occurred since 1961 till today (2014/15): (i) the "Angolan Social Work's Foundation period", centered in the Institute of Pio XII as the only axis of formation of the social workers (1961-974); (ii) the "Angolan Social Work's Crash period", marked by the closure of the Institute of Pio XII, and by a significant inhibition of the social work (1974-2002); and (iii) the "Angolan Social Work's Restarting period", run by the 3 recent nucleus of SS' professionalization, the "Instituto João Paulo II", the "Instituto Superior de Serviço Social" and the "Centro de Formação de Quadros Sociais do Ministério da Segurança e Reinserção Social" (2002 – Today).

Applying an internal or reflexive and another external or contrastive analysis on the described Angolan Social Work's diphasic course it comes out that: (i) at the reflexive level, it is cached a qualitative or paradigmatic change in the Angolan Social Work (1961-today), moving from a "reactive and therapist" way of the Angolan Social Work (1961-2002) displayed about the Pio XII's formation, during both of the Foundation and the Crash's periods, to a "proactive, therapist and entrepreneur" tendency of the Angolan Social Work (2002-today), displayed about the current high formations (João Paulo II and Instituto Superior de Serviço Social); (ii) at the contrastive level, thinking {Local /Global} dimensions of the Social Work, it is gotten that Angolan Social Work could be classifiable as {SS: + Local / - Global}, relating the Portuguese Social Work one, already classifiable as {SS: + Local / + Global}.

Keywords: "Social Work – Angolan Social Work – Global Social Work – Social Innovation".

ÍNDICE GERAL

Nº	DESIGNAÇÃO	Pág
	Dedicatória	2
	Agradecimentos	3
	Resumo	4
	Abstract	5
	Índice Geral	6
	Lista de Acrónimos	7
	Lista de Tabelas e Figuras	8
0.	INTRODUÇÃO GERAL	9
0.1.	Enquadramento Teórico e Metodologia	9
0.2.	Enquadramento Jus-Público	13
0.3.	Propósito	14
0.4.	Plano Expositivo	14
I.	ITINERÁRIO HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL EM ANGOLA	16
1.	O SSA em torno do Instituto Pio XII (1961-74)	16
2.	O SSA em torno da Secretaria de Estado dos Assuntos Sociais (1975)	20
3.	O SSA em torno do Decreto Presidencial 41/2002, de 9 de Agosto	21
4.	O SSA em torno do Instituto Superior João Paulo II / UCA (2005 – Hoje)	21
5.	O SSA em torno do Instituto Superior de Serviço Social (2010 – Hoje)	23
6.	O SSA em torno do Centro de Formação de Quadros Sociais (2012 – Hoje)	26
II.	ANÁLISE DO ITINERÁRIO DO SERVIÇO SOCIAL EM ANGOLA	27
7.	Sistematização Tabelada de Dados Relevantes do “Itinerário SSA”	27
8.	Compreensão Reflexiva do Itinerário do SSA	28
9.	Sistematização de Dados do SSA com outros Dados de SS	29
10.	Análise Comparativa do Itinerário do SSA	36
11.	Compreensão da Inovação Social para o SSA	40
	CONCLUSÃO GERAL	48
	BIBLIOGRAFIA	51
	ANEXO	58

LISTA DE ACRÓNIMOS

SIGLA	LEITURA
AIESS/IASSW	Associação Internacional de Escolas de Serviço Social” / the “International Association of Scholls of Social Work
FIAS/IFSW	Federação Internacional dos Assistentes Sociais” / the “International Federation of Social Workers
ONU	Organização das Nações Unidas
DH	Declaração Universal dos Direitos do Homem / Direitos Humanos
SS	Serviço Social
SSA	Serviço Social em Angola / Serviço Social Angolano
SSP	Serviço Social em Portugal / Serviço Social Português
EU / EU	European Union / União Europeia / Comissão Europeia
IS	Inovação Social
PNUD	Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
JP II / UCA	Instituto João Paulo II / Universidade Católica de Angola
ISSS	Instituto Superior de Serviço Social / Luanda
MINARS	Ministério da Assistência e Reinserção Social / Angola

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

DESIGNAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO
Tabela 1	Evolução do Plano Curricular do Instituto Pio XII (1962-74)
Tabela 2	Plano Curricular da Licenciatura em SS / JP II
Tabela 3	Sistematização Tabelada de Dados Relevantes do Itinerário SSA
Tabela 4	Síntese Fases SSA
Tabela 5	Tabela Curricular Contrastiva JP II vs. ISSS
Tabela 6	Tabela Comparativa SSA v. SSP
Figura 1	Plano Curricular da Licenciatura em SS / ISSS
Figura 2	Quadro Distributivo dos Dados SSA

0. INTRODUÇÃO GERAL

A parte introdutória deste trabalho desenvolve quatro pontos, que permitem iluminar os principais propósitos materiais, metodológicos e teleológicos do tema, e são:

- (i) Enquadramento Teórico-Metodológico;
- (ii) Enquadramento Jus-Público;
- (iii) Problemática e Hipótese;
- (iv) Objectivos e Plano Expositivo.

Passemos para o primeiro Ponto, o “Enquadramento Teórico-Metodológico”.

0.1.ENQUADRAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

O nosso Tema, “**SERVIÇO SOCIAL EM ANGOLA: Itinerário Histórico e Caminhos de Inovação Social**”, pretende ser um trabalho de dois exercícios metodológicos:

- (i) O primeiro é uma narração ou descrição dos marcos geradores e avalistas do Serviço Social em Angola (SSA), enquanto “profissão”, com dados, o mais minuciosamente obtidos, em investigação de documentos físicos ou digitais ou de terreno. Trata-se, portanto, de dados sobre escolas, formações remetentes ao Serviço Social (SS), requisitos e currículos académicos destas escolas ou formações, evolução quantitativa dos formandos e diplomados destas formações, seus “atributos profissionais” (cf. Branco, 2009), isto é, a sua empregabilidade ou inserções profissionais na sociedade (ao longo dos tempos). Outros dados, auxiliares, na positivação desta dinâmica formativa e profissional do SSA, como legislação jus-pública e outras iniciativas deverão poder ser ligados ao cerne material desta narrativa, que é o binómio “formação-profissão de SS”, pelo que, subjacente e em apoio a este relato, configurador de um “Itinerário histórico do SSA”, apresenta-se, em anexo,

produto de exercício mais vasto, a exposição – “Alguns Dados Remetentes ao Itinerário Histórico SSA”.

- (ii) Um segundo é uma análise destes dados narrados, uma vez tabelados sistematicamente, para, se existentes, serem explicitados nexos, interações posicionais e funcionais dentre os dados do “Itinerário”, visando, como conclusão da mesma análise, registar ou propor uma linha de dinâmica evolutiva e/ou qualificativa do mesmo SSA. Postula-se e acolhe-se nesta análise uma linha de “dinâmica identitária, evolutiva e qualificativa” do SSA, que, indo do local ou nacional ao global ou internacional (e em que Portugal tem lugar particular), confira desde os dados do “Itinerário”: (i) o valor motivacional (instituinte e processador) do SSA, (ii) o valor técnico (instituinte e processador) do SSA, e (iii) o valor inovacional (processador do SSA).

A narração ou “Itinerário do SSA” é uma exposição cuja densidade se prevê sucinta, porque proporcional aos marcos fulcrais da “formação-profissão do SS” passados e presentes em Angola, pelo que se desenvolverá, tendo em conta o resultado do levantamento exposto em Anexo, em torno destes seis marcos fundamentais:

- Formação-profissão do SSA em torno do Instituto Pio XII (1961-1974) (cf. DADO SSA/C N° 27 do Anexo);
- Formação-profissão do SSA em torno da SEAS (Secretaria de Estado dos Assuntos Sociais) (1975) (cf. DADO SSA/P N° 46 do Anexo);
- Formação-profissão do SSA em torno do Decreto 41/2002, de 9 de Agosto (2002) (cf. DADO SSA/P N° 53 do Anexo);
- Formação-profissão do SSA em torno do Instituto Superior João Paulo II / UCA (2005 – hoje) (cf. DADO SSA/P N° 55 do Anexo);
- Formação-profissão do SSA em torno do Instituto Superior do Serviço Social (ISSS) (2010 – hoje) (cf. DADO SSA/P N° 58 do Anexo);

- Formação-profissão do SSA em torno do Centro de Formação de Quadros Sociais / MINARS – “Ministério da Assistência e Reinserção Social” (2012 – hoje) (cf. DADO SSA/P N° 59 do Anexo);

A análise retém, sistematizados em tabelas, os elementos-alvos de uma hermenêutica, e processa-se em duas fases:

- (i) Numa primeira fase analítica do “Itinerário do SSA” (com a narração articulada com o Anexo) tenta responder-se, neste caso do SSA, a uma das perguntas metodológicas de Branco (2012) em relação ao Serviço Social em Portugal, ou seja, por exemplo: “Que movimentos sociais e científicos estão na base da emergência do SSA, e como ele, o SSA, se padroniza pelos seus 8 marcos fulcrais?” E, numa segunda fase analítica, tenta responder-se à pergunta, também inspirada do mesmo autor, assim: “Que traços característicos, ou seja, que linha de identidade, de qualidade e de inovação social, pode o SSA apresentar desde a sua institucionalização até hoje, em relação (comparativa) com a dinâmica de outras linhas qualitativas, como a Portuguesa e, aquela proposta pela Inovação social (europeia)?

Depreende-se, daí, que, com um movimento lógico endógeno e exógeno, a natureza do trabalho é a de se concentrar no SSA profissionalizado: tenta-se identificar, discutir ou propor pontos materiais de melhor conhecimento, de viragem, de padronização ou de requalificação da dinâmica do mesmo SSA, quer em função de leitura analítica, auxiliar, de momentos-contexto de sua “*emergência*” (cf. Branco, 2013), quer em função de aproximação compreensiva de orientações sociológicas contemporâneas sobre o SS (como a Inovação Social). O enfoque material do trabalho incide, portanto, nas escolas ou formações de profissionais do SS tidos e/ou existentes em Angola, os principais requisitos e currículos científicos (ao longo dos tempos), as tipologias de mercado de trabalho destes profissionais, sua organização ou deontologia profissional, se existente.

Indicam-se alguns trabalhos de Branco, como quadro de referência para o trabalho, nomeadamente, Branco e Fernandes (2005), O Serviço Social em Portugal: Trajectória e Encruzilhada; Branco (2009), A Profissão de Assistente Social em Portugal –

Assistentes Sociais e Profissões Sociais em Portugal: Notas de um Itinerário de Investigação; (2012) - A Visitadora como Paradigmática da Profissionalidade Emergente na Área Social. Contributos para Estudo do Itinerário das Profissões Sociais em Portugal na 1ª e 2ª República; (2012: comunicação, inédita), Serviço Social em Portugal: Emergência e Institucionalização; e (2014: comunicação, inédita), O Serviço Social em Portugal nos Períodos de Crise Revolucionária e Normalização Democrática: Contributos para o seu Estudo.

Importa esclarecer que a aproximação nocional do SS, aqui assumida, e inspirada do quadro de referência oferecido, quase transversalmente, por essas obras, permitiu um enfoque mais específico e objectivo da matriz “formação-profissão do SS” e a busca dos seus marcos axiológicos e institucionais angolanos, como matéria temática, nuclear deste trabalho. Uma aproximação nocional do SS será sempre complexa, sobretudo, quando consideramos que não se trata apenas de uma ciência, de resto, muito interdisciplinar, mas também de uma praxis ou actividade, com, pelo menos, duas grandes fontes de definição ou estatuição, a fonte científica ou investigacional e a fonte (institucional) jus-pública (nacional e internacional).

Em termos de fontes investigacionais pode dizer-se que na “polissemia do SS” (cf. Santos e Reis, 2012) podem apreender-se duas grandes orientações nocionais do SS, uma “por especificação”, outra “por integração”. A orientação de definição do SS “por especificação” focalizaria o SS como profissão instituída, numa perspectiva de “atributos de poder (fazer)” (cf. Branco, 2009), mas consciente de que para a “emergência” e enformação desta profissionalidade social, institucional e factual, ocorreram e ocorrem actividades sociais “pré-profissionais” (cf. Branco, 2012) e mesmo não-profissionais. A esta perspectiva se vincula o trabalho e a ela convém estar vinculado, se se pensar, por exemplo, que só a partir desta perspectiva nocional, especificadora da “formação-profissão do SS” se coloca, racionalmente, o SS em suas ancoragens institucionais de padronização qualificativa e inovação, nomeadamente, junto da FIAS/IFSW e AIESS/IASSW (a “Federação Internacional dos Assistentes Sociais” / the “International Federation of Social Workers” e a “Associação Internacional de Escolas de Serviço Social” / the “International Association of Scholls of Scocial Work”). De maneira diferente a esta primeira, a alternativa, ou seja, a orientação de definição do SS “por integração” focalizaria o SS como universo em que

se podem integrar as modalidades de acção social em prol da “justiça social”, profissionalizadas e não profissionalizadas, cooperativas, sindicais e também o próprio welfare (ou políticas sociais), num complexo de “serviço social” como “*movimentos socais*” (Carmo, 2011: 35-36).

Em termos de fontes institucionais e jus-públicas de definição ou estatuição do SS, podem referir-se aquelas de nível jus-público nacional e as de nível institucional e jus-público internacional.

0.2.ENQUADRAMENTO JUS-PÚBLICO

O SSA como qualquer SS, tal como aqui abordado, coloca-se, para sua dinâmica institucional, em canal interactivo, com dois níveis de instâncias jus-públicas, intervenientes, predicativa e/ou qualificativamente no seu binómio “formação-profissão”, a saber:

- (i) A instância jus-pública nacional, ordenador de políticas sociais, formativas e laborais do país;
- (ii) A dupla instância internacional, com o par FIAS-AIESS, directamente, como instância internacional monitora e instrutiva do SS, e a ONU, indirectamente, nomeadamente com o instrumento da Carta dos Direitos Humanos (DH), como referência internacional, jus-pública e instrutiva do mesmo SS. O quadro metodológico da “Inovação Social”, enquanto proposta instrutiva, regional, da Comissão Europeia, para a dinamização do SS, enquadra-se ainda neste canal de interactividade entre o SS e suas instâncias internacionais afins.

No que respeita ao SSA têm-se em conta, a nível internacional, não só os DH e a definição do SS dos FIAS-AIESS (cf. versão portuguesa de Branco), mas a aproximação compreensiva da Inovação Social, europeia; e, a nível nacional, têm-se em conta os universos jus-públicos de Portugal e de Angola, no que, sobre o desenvolvimento do tema, se mostrar relevante.

0.3. PROPÓSITO

A tentativa de narração e análise do SSA responde a uma necessidade científica não só porque trabalhos sobre o mesmo SSA são ainda raros, mas também porque a temática formulada acha-se, praticamente, sem precedente, em seu ambicioso escopo holístico sobre este SSA. Reconhece-se a preciosidade e uma proximidade temático-metódica – por isso, é fonte deste trabalho – da tese de Mestrado pela Universidade Lusíada / Lisboa, 2009, A Institucionalização do Serviço Social em Angola: Contributo do Instituto Pio XII para a sua História, da Mestre angolana Felisbela Augusta ESPÍRITO SANTO.

Além desta problemática, do ainda pouco conhecimento sobre SSA, sublinha-se ainda a necessidade pedagógica, como hipótese funcional deste trabalho, para com o próprio SSA. Por outras palavras, à necessidade de aprofundar o conhecimento (por uma narração histórica, sistematizada e analisada) junta-se a necessidade de propor referências de requalificação do mesmo SSA (por uma abordagem compreensiva da Inovação Social).

0.4. PLANO EXPOSITIVO

PARTE I: ITINERÁRIO DO SERVIÇO SOCIAL EM ANGOLA

1. O SSA em torno do Instituto Pio XII (1961-1974).
2. O SSA em torno da SEAS (1975).
3. O SSA em torno do Decreto 41/2002, de 9 de Agosto.
4. O SSA em torno do Instituto Superior João Paulo II / UCA (2005 – hoje).
5. O SSA em torno do Instituto Superior do Serviço Social (ISSS) (2010 – hoje).
6. O SSA em torno do Centro de Formação de Quadros Sociais (2012 – hoje).

PARTE II: ANÁLISE DO ITINERÁRIO DO SERVIÇO SOCIAL EM ANGOLA

7. Sistematização tabelada de dados relevantes do “Itinerário”.
8. Compreensão reflexiva do Itinerário do SSA.
9. Sistematização de dados do SSA com outros dados de SS.

10. Compreensão comparativa do Itinerário do SSA.

11. Compreensão da Inovação Social para o SSA.

CONCLUSÃO GERAL.

PRIMEIRA PARTE:

ITINERÁRIO HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL EM ANGOLA

Traçar o itinerário, quer dizer o historial, com clarificação de causas, funcionamento, produtividade, efeitos, e dinâmicas do SSA terá neste espaço apenas um alinhamento nuclear, e não uma narrativa exaustiva. Trata-se de destacar dentre os elementos históricos levantados os seis marcos fundamentais do SSA, ou seja:

1. O SSA em torno do Instituto Pio XII (1961-1974).
2. O SSA em torno da SEAS (1975).
3. O SSA em torno do Decreto 41/2002, de 9 de Agosto.
4. O SSA em torno do Instituto Superior João Paulo II / UCA (2005 – hoje).
5. O SSA em torno do Instituto Superior do Serviço Social (ISSS) (2010 – hoje).
6. O SSA em torno do Centro de Formação de Quadros Sociais (2012 – hoje).

O Instituto Pio XII foi o primeiro marco, diga-se, fundador, da formação profissional em SSA.

1. O SSA EM TORNO DO INSTITUTO PIO XII (1961-74)

(cf. ANEXO: DADO SSA / 27)

O “*Instituto de Educação e Serviço Social – Pio XII*” foi criado em Luanda / Angola, então colónia portuguesa, pelo regime colonial do Estado Novo, em 1961 (cf. *Revista Portugal em África*, Vol. 20, 1963, cf. pp. 15-18). Note-se que, quase 20 anos antes da criação de Pio XII, já, na metrópole, em Dezembro de 1939, o Estado, sob o mesmo regime de tendências “Welfare”, de “Estado Novo”, tinha legalizado, finalmente, os já então administrados Cursos em Serviço Social, em Coimbra e em Lisboa (cf. Branco, 2009 e 2014).

Se, desde a Revolução Industrial, e com mais visibilidade no pós-1ª Guerra Mundial, os contextos sociais tóxicos, da higiene, da pobreza, resultantes, grandemente, liberalismo capitalista (cf. Mouro, 2001) fizeram eclodir, já, em cidades e centros urbanos europeus, incluindo os portugueses, nomeadamente, Porto e Lisboa, movimentos caritativos, activistas (sindicais e cooperativos), intelectuais e académicos (de formação social

privada) – base de “emergência” do SS, para a institucionalização, quer dizer, para uma assunção ou inclusão nas funções do Estado do controlo terapêutico dos casos tóxicos ou patológicos sociais – então, em Angola, para o Estado Português, surgiu uma problemática nova: em 1961 eclodiu a guerra anticolonial, e este contexto sociopolítico começou a ter, progressivamente, efeitos sociais tóxicos, o que terá sido significativo, para a criação do Instituto Pio XII (cf. Espírito Santo, 2009).

Aponta-se, desde já, para o facto de que, como “terapeutas sociais”, os profissionais sociais do Pio XII não acudiriam a sociedade luso-angolana contra efeitos tóxicos sociais de algum capitalismo (industrial) económico, mas contra efeitos sociais tóxicos de uma guerra anticolonial. Tal, efectivamente, foi o alcance jurídico do diploma legislativo nº 3.163 de 2 de Novembro de 1961, que, criando o Instituto Pio XII, o ligava também ao Instituto de Assistência Social de Angola (I.ASA), pelo que, segundo Espírito Santo (2009), “a comissão provincial de auxílio às populações deslocadas, considerava ser necessário e urgente formar-se pessoal tecnicamente qualificado para o desempenho do Serviço Social, com cursos intensivos (duração de 10 meses), criando-se agentes de trabalho social, agentes familiares, jardineiras de infância”.

Da primeira formação, concluída a 31 de Agosto do ano de 1963, saíram 32 trabalhadores sociais: 12 agentes de trabalho social, 10 agentes familiares e 10 jardineiras da infância, tendo sido distribuídos por várias instituições, como a junta de povoamento, o instituto de IASA, o instituto do trabalho, a previdência e a acção social, a mocidade portuguesa, a companhia de caminhos-de-ferro, serviços donde os mesmos haviam sido recrutados. Em 1964, foram realizadas sessões formativas de superação, conferindo aos diplomados anteriores um nível de preparação profissional mais avançado, que os equiparou à categoria de quadros educadores sociais e a monitores de infância.

Segundo ainda Espírito Santo (2009), a 2 de Setembro de 1969, o Instituto de Educação e SS Pio XII foi considerado instituição escolar de utilidade pública, e passou a administrar uma formação superior regular de 4 anos, com estes três objectivos fundamentais:

- Prepara assistentes sociais de formação polivalente;

- Preparar assistentes sociais para lançar e orientar o serviço social de comunidades e colaborar nos planos de desenvolvimento comunitário;
- Preparar assistentes sociais capazes de chefiar instituições e obras de assistência.

A estrutura do currículo disciplinar de Pio XII, segundo Espírito Santo, seguiu a tabela “Evolução do Plano Curricular do Instituto Pio XII”, abaixo, em que, no total, se matricularam no período de 1962-74, 267 e concluíram com sucesso 120 estudantes.

Tabela 1

EVOLUÇÃO DO PLANO CURRICULAR DO INSTITUTO PIO XII / 1962-74

DATA	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO
1962-63	<p><u>TEÓRICAS:</u></p> <p>Serviço Social</p> <p>Psicologia</p> <p>Ciências Médicas</p> <p>Pedagogia</p> <p>Formação Ultramarina</p> <p>Formação Social</p> <p>Técnicas Pedagógicas</p> <p><u>PRÁTICAS:</u></p> <p>Visitas de Estudo</p>			
1963-64	<p><u>TEÓRICAS:</u></p> <p>Serviço Social</p> <p>Psicologia Geral</p> <p>Ciências Médicas</p> <p>Pedagogia</p> <p>Formação Ultramarina</p> <p>Teologia</p> <p>Formação Social</p> <p>Técnicas Pedagógicas</p> <p><u>PRÁTICAS:</u></p> <p>Visitas de Estudo</p>	<p><u>TEÓRICAS:</u></p> <p>Serviço Social</p> <p>Psicologia do Comportamento</p> <p>Ciências Médicas</p> <p>Pedagogia</p> <p>Formação Ultramarina</p> <p>Formação Social</p> <p>Teologia</p> <p>Técnicas Pedagógicas</p> <p><u>PRÁTICAS:</u></p> <p>Permanências</p>		
1964-65	<p><u>TEÓRICAS:</u></p> <p>Serviço Social</p> <p>Psicologia Geral</p> <p>Ciências Médicas</p>	<p><u>TEÓRICAS:</u></p> <p>Serviço Social</p> <p>Psicologia do Comportamento</p>	<p><u>TEÓRICAS:</u></p> <p>Serviço Social</p> <p>Psicologia do Comportamento</p>	

	<p>Pedagogia</p> <p>Formação Ultramarina</p> <p>Teologia</p> <p>Formação Social</p> <p>Técnicas pedagógicas</p> <p><u>PRÁTICAS:</u></p> <p>Visitas de Estudo</p> <p>Reuniões</p>	<p>Psicologia Social</p> <p>Teologia</p> <p>Formação Ultramarina</p> <p>Formação Social</p> <p>Técnicas Pedagógicas</p> <p><u>PRÁTICAS:</u></p> <p>Permanências</p> <p>Reuniões de Coordenação</p>	<p>Psicologia Social</p> <p>Teologia</p> <p>Bases Jurídicas</p> <p>Sociologia</p> <p>Filosofia</p> <p>Moral e Deontologia</p> <p><u>PRÁTICAS:</u></p> <p>Estágios de SS</p> <p>Trabalho Prático de Investigação</p> <p>Reuniões de Coordenação</p>	
1965-72	<p><u>TEÓRICAS:</u></p> <p>Serviço Social</p> <p>Introdução a Casos Individuais e de Grupo</p> <p>Bases Médicas</p> <p>Estudo da Sociedade Ultramarina</p> <p>Teologia Católica</p> <p>Psicologia</p> <p>Genética</p> <p>Filosofia Social</p> <p><u>PRÁTICAS:</u></p> <p>Técnicas Auxiliares do Trabalho</p> <p>Técnicas de Comunicação</p> <p>Reuniões de Coordenação e Síntese</p> <p>Visitas de Estudo</p>	<p><u>TEÓRICAS:</u></p> <p>Serviço Social</p> <p>Casos de Grupo e Comunidade</p> <p>Psicologia do Comportamento Social</p> <p>Sociologia</p> <p>Estudo da Sociedade Ultramarina</p> <p>Bases Jurídicas</p> <p>Teologia Católica</p> <p><u>PRÁTICAS:</u></p> <p>Técnicas Auxiliares do Trabalho</p> <p>Métodos e Técnicas de Investigação Social</p> <p>Reuniões de Coordenação e Síntese</p> <p>Permanências</p>	<p><u>TEÓRICAS:</u></p> <p>Serviço Social</p> <p>Casos de Grupo e Comunidade</p> <p>Psicologia e Comunidade</p> <p>Psicologia</p> <p>Economia</p> <p>Sociologia</p> <p>Bases Jurídicas</p> <p>Psicopatologia</p> <p>Investigação Social</p> <p>Teologia Católica</p> <p><u>PRÁTICAS:</u></p> <p>Investigação Social</p> <p>Reuniões de Coordenação e Síntese</p> <p>Estágio de SS / 3 meses</p> <p>Relatório de Estágio</p>	<p><u>TEÓRICAS:</u></p> <p>Seminário de Actualização em SS</p> <p>Seminário sobre Grandes Problemas Contemporâneos</p> <p><u>PRÁTICAS:</u></p> <p>Estágio de SS / 6 meses</p> <p>Estudo Monográfico</p> <p>Supervisão</p>
1974-75	<p><u>TEÓRICAS:</u></p> <p>Serviço Social</p> <p>Psicologia</p> <p>Sociologia</p> <p>Economia</p> <p>Medicina Social</p> <p>História de Angola</p> <p>Problemas Sociais</p> <p>Problemas Sociais</p>	<p><u>TEÓRICAS:</u></p> <p>Serviço Social</p> <p>Psicologia do Comportamento Social</p> <p>Sociologia</p> <p>Estudos das Religiões Africanas</p> <p>História de Angola</p> <p>Problemas Sociais</p> <p><u>PRÁTICAS:</u></p>		<p><u>TEÓRICAS:</u></p> <p>Seminário de Actualização em SS</p> <p><u>PRÁTICAS:</u></p> <p>Estágio Final de Setembro de 1974 a Abril 1975</p> <p>Relatórios de Estágio</p>

	Antropologia Cultural Curso de Recuperação a 10 Alunos <u>PRÁTICAS:</u> Estágio Relatório	Substituição do Estágio por um Trabalho de Grupo, dada a Situação		
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------	--	--

Com a Independência Nacional, em 1975, o Pio XII foi encerrado, mas os problemas sociais, particularmente os subsequentes à guerra não foram encerrados. A Secretaria de Estado dos Assuntos Sociais, novo órgão encarregue pelos problemas sociais, veio a promover, pontualmente, uma formação.

2. O SSA EM TORNO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS ASSUNTOS SOCIAIS (SEAS) (1975)

(cf. ANEXO: DADO SSA / 46)

Em 1975, o SEAS mandou realizar pelas ONG's britânicas "International Save the Children Alliance" e "Institute of Child Health" um curso intensivo, em Luanda, denominado "Curso de Cuidados com Crianças Vítimas da Guerra".

Concedendo uma formação para Assistentes Sociais, e equipando-os com competências técnicas de trabalharem junto de "crianças vítimas da guerra", o agendamento oportuno e o objectivo deste curso de SS, continuam a mostrar um uso ou uma gestão de reacção terapêutica do SS sobre males sociais.

A guerra civil, que assolou Angola, depois da guerra anticolonial, paralisou o funcionamento regular de muitas instituições, e o Serviço Social (em seus dois grandes pilares, formação-profissão), perante a calamidade social, onde deveria ser o único alento terapêutico das pessoas, pode dizer-se, deixou de ter qualquer registo. O fim da guerra civil, em 2002, deverá assinalar, a retoma progressiva da "reconstrução nacional" e do funcionamento das instituições: nesse ano, de 2002, o Presidente da República de Angola, mesmo antes de se reactivar a formação em SS, decreta que há funções laborais de incidência (especificamente) "social", assim, reservadas aos profissionais sociais.

3. O SSA EM TORNO DO DECRETO PRESIDENCIAL 41/2002, DE 9 DE AGOSTO

(cf. ANEXO: DADO SSA / 53)

O Decreto Presidencial nº 41, de 9 de Agosto de 2002, determinou que os “sectores laborais de índole social hospitalar”, nomeadamente, os detectados e reportados como lacunares em hospitais como o hospital Josefina Machel, o hospital Militar, o hospital Pediátrico David Bernardino, em Luanda, têm toda a propriedade de serem estatuídos como “sectores sociais hospitalares”, e serem reservados e preenchidos para “técnicos sociais” para o desempenho de funções de “assistência social” e/ou de “educação social”, e recebem estagiários do curso médio de educadores sociais e do curso superior de SS todos os anos.

Este diploma começa a mostrar a necessidade e a empregabilidade dos profissionais do SS, representando um estímulo importante para o reatamento da formação dos profissionais sociais, o que, do lado privado, da Universidade Católica de Angola (UCA), e do lado público, do Instituto Superior de Serviço Social (ISSS), passa a ter, por conseguinte, investimento formativo respectivo.

4. O SSA EM TORNO DO INSTITUTO SUPERIOR JOÃO PAULO II / UCA (2005 – Hoje)

(cf. ANEXO: DADO SSA Nº 55)

Em 2005, o Instituto Superior João Paulo II, da Faculdade de Ciências Humanas da UCA, pôde recuperar as antigas infra-estruturas do extinto Pio XII, para, entre outros, administrar um Curso formador de técnicos superiores de SS.

Os primeiros licenciados em SS do Instituto João Paulo II foram 74, e lançados em 2012.

Em 2012, foram lançados, em número de 74, os primeiros licenciados em SS do Instituto João Paulo II, cuja competência se forjou com base no seguinte Plano Curricular quatrienal.

Tabela 2

PLANO CURRICULAR DA LICENCIATURA EM SS / JOÃO PAULO II (2013)

1.º ano - 1.º semestre	H	G/A	1.º ano - 2.º semestre	H	G/A
Introdução ao Serviço Social	4		Introd. ao Serviço Social	4	
Introdução a Sociologia	3		Teoria Sociológicas	3	
Introdução à Psicologia	2		Psicologia Social	3	
Introdução ao Estudo do Direito	3		Dto. Família e do Menor	2	
Introdução à Economia	3		Economia I	2	
Técnicas de Comunicação	2		Antropologia Filosófica	2	
História de Angola I	2		História de Angola II	2	
Mét. e Téc. de Invest. Social I	3		Mét. E Téc. de Invest. Social I	3	
Introdução à Filosofia	2		Língua Portuguesa	2	
Língua Portuguesa	2		Língua Inglesa	2	
Língua Inglesa	2		Observatório do Social	5	
TOTAL	28			30	
2.º ano - 3.º semestre			2.º ano - 4.º semestre		
Teor. e Metod. do S. Social	4		Teor. e Metod. do S. Social	4	
Sociologia Urbana e Rural	3		Sociologia da Família	3	
Psicosociologia das Organiz.	4		Prob. Soc. Contemporâneos	3	
Economia II	3		Geografia Humana	2	
Antropologia Social e Cultural I	3		Antropologia Soc. e Cultural II	3	
Psicologia do Desenvolvi.	3		Direito do Trabalho e Social	3	
Pensamento Social da Igreja	3		Bases de Saúde Pública	3	
Mét. e Téc. de Invest. Social II	2		Língua Portuguesa	2	
Língua Portuguesa	2		Língua Inglesa	2	
Língua Inglesa	2		Estudo dos Recursos Sociais	5	
TOTAL	29			30	
3.º ano - 5.º semestre			3.º ano - 6.º semestre		
S. Social com Comunidades	4		Serviço Social e Interv. Social	4	
Planeamento e Gest. de Proj.	3		Planeamen. e Gest. de Projectos	2	
Psicopatologia	3		Organiaz e Adminst.do Estado	2	
Estatística p/ as Ciên. Sociais	2		Estatística p/ as Ciên. Sociais	2	
Axiologia e Ética	3		Língua Umbundu	2	
Sociologia do Desenvolvimento	3		Língua Kimbundu	2	
Deontologia Profissional	3		Supervisão em S.S. I	3	
Teorias de grupo/Dinâmica grupo	4		Estágio de Instituição	15	
Seminário de Prep. de estágios	2				
Língua Umbundu	2				
Língua Kimbundu	2				
TOTAL	31			32	
4.º ano - 7.º semestre			4.º ano - 8.º semestre		
Correntes Modernas de S S	4		Estágio Final de Curso		
Política Social	4		5 meses/ 6 horas por dia		
Segurança Social	3		30hs = 5 dias/seman x 6h/dia		
Semin.SS.Temas de Actualidade	5		Relatório final do estágio		
Supervisão em SS II	4		Monografia		
Metod. para a Monografia (TCC)	4				

Semin de Prep. de estágio	4						
TOTAL	28						

Cinco anos após criação e funcionamento isolado do Instituto Superior João Paulo II / UCA, na formação de profissionais do SS, foi criado o Instituto Superior de Serviço Social (ISSS), público, pelo que o SSA abre-se à diversidade de pólos de formação, e provavelmente, a uma tipologia múltipla de profissionais, o que deverá ser deslindado na parte analítica deste trabalho.

5. O SSA EM TORNO DO INSTITUTO SUPERIOR DO SERVIÇO SOCIAL (ISSS) (2010 – Hoje)

(cf. ANEXO: DADO SSA / 58)

O Decreto nº 7/2009, de 12 de Maio, criou o “*Instituto Superior do Serviço Social*” (ISSS), aberto, porém, em 2010, “para aumento e melhoria dos serviços prestados no âmbito da Assistência Social na República de Angola”. O ISSS oferece entre outras, uma formação superior, ou seja, uma licenciatura, quadrienal, para “assistentes sociais”.

Em 2014, saíram os primeiros Assistentes Sociais, em número de 106, com competências curriculares, processadas, *mutatis mutandis*, pelo Plano Curricular em SS / ISSS, vigente.

Além do ISSS, o próprio Ministério da Assistência e Reinserção Social desenvolve, desde 2012, formações em SS, no seu designado “*Centro de Formação de Quadros Sociais*”.

Fig. 1

PLANO CURRICULAR DA LICENCIATURA EM SS / ISSS (2015)



INSTITUTO SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL - ISSS
PLANO DE ESTUDO DO CURSO DE LICENCIATURA EM SERVIÇO SOCIAL - 2015
PLANO CURRICULAR

1º ANO					2º SEMESTRE				
1º SEMESTRE					2º SEMESTRE				
Nº DE SEMANAS LECTIVAS: 15	T	P	TP	T	Nº DE SEMANAS LECTIVAS: 15	T	P	TP	Total
História de Angola	4		4	60	Introdução a Sociologia	2	1	3	45
Fundamentos Históricos do Serviço Social	3		3	45	Fundamentos Históricos do Serviço Social	3		3	45
Introdução a Investigação Social	2		2	30	Mét e Técnicas de Pesquisa Social	1	2	3	45
Psicologia Geral	3		3	45	Psicologia do Desenvolvimento	3		3	45
Introdução ao Direito	2	1	3	45	Direito da Família e Menores	3		3	45
Filosofia Geral	4		4	60	Língua Portuguesa	2	1	3	45
Língua Portuguesa	2	1	3	45	Língua Nacional	2	1	3	45
Língua Nacional	2	1	3	45	Língua Estrangeira	2	1	3	45
Língua Estrangeira	2	1	3	45	Observatório Social		4	4	60
Informática Básica para o Serviço Social	2	2	4	60	Informática Básica para o Serviço Social	2	2	4	60
TOTAL Semanal	26	6	32		TOTAL Semanal	18	10	28	
TOTAL Semestral				480	TOTAL Semestral				420
TOTAL ANUAL					TOTAL ANUAL				960

2º ANO					3º ANO				
1º SEMESTRE					2º SEMESTRE				
Nº DE SEMANAS LECTIVAS: 15	T	P	TP	T	Nº DE SEMANAS LECTIVAS: 15	T	P	TP	Total
Teorias e Métodos do Serviço Social	3		3	45	Teorias e Métodos do Serviço Social	3		3	45
Pesquisa em Serviço Social I	2	1	3	45	Pesquisa em Serviço Social II	2	1	3	45
Antropologia Social e Cultural	3		3	45	Antropologia Social e Cultural	3		3	45
Introdução à Economia	3		3	45	Economia Social	3		3	45
Direito do Trabalho	3		3	45	Técnicas de Comunicação	2	1	3	45
Sociologia Rural e Urbana	3		3	45	Sociologia do Trabalho	3		3	45
Psicologia Social das Organizações	2	1	3	45	Estágio Supervisionado I		8	8	120
TOTAL Semanal	19	2	21		TOTAL Semanal	16	10	26	
TOTAL Semestral				315	TOTAL Semestral				390
TOTAL ANUAL					TOTAL ANUAL				705

3º ANO					4º ANO				
1º SEMESTRE					2º SEMESTRE				
Nº DE SEMANAS LECTIVAS: 15	T	P	TP	T	Nº DE SEMANAS LECTIVAS: 15	T	P	TP	Total
Serviço Social de Comunidades	3		3	45	Intervenção Social em Serviço Social	2	1	3	45
Saúde Pública	3		3	45	Política Social	3	1	4	60
Planeamento e Gestão de Projectos Sociais	2	1	3	45	Planeamento e Gestão de Projectos Sociais	2	1	3	45
Estatística Aplicada ao Serviço Social	2	1	3	45	Estatística Aplicada ao Serviço Social	2	1	3	45
Teorias e Dinâmicas de Grupo	2	2	4	60	Estágio Supervisionado III		18	18	270
Ética e Deontologia para o Serviço Social	2	1	3	45					
Estágio Supervisionado II (Projecto de estágio)	3	3	6	90					
TOTAL Semanal	17	8	25		TOTAL Semanal	9	22	31	
TOTAL Semestral				375	TOTAL Semestral				465
TOTAL ANUAL					TOTAL ANUAL				840

4º ANO					5º ANO				
1º SEMESTRE					2º SEMESTRE				
Nº DE SEMANAS LECTIVAS: 15	T	P	TP	T	Nº DE SEMANAS LECTIVAS: 15	T	P	TP	Total
Serviço Social na Contemporaneidade	3		3	45	Estágio Final de Curso (Supervisionado V)				
Seminários de Temáticas da Actualidade	3		3	45	6 horas X 4 dias X 15 semanas		24		450
Segurança Social	3		3	45	Orientação da Monografia (TCC)		18		270
Seminário Metodológico para Monografia	3		3	45					
Estágio Supervisionado IV	3	3	6	120					
TOTAL Semanal	15	3	18		TOTAL Semanal		30		
TOTAL Semestral				270	TOTAL Semestral				720
TOTAL ANUAL					TOTAL ANUAL				990

Resumo da Carga Horária: 1º Ano = 900; 2º Ano = 705; 3º Ano = 840; 4º Ano = 990; Total Geral = 3.495.

6. O SSA EM TORNO DO CENTRO DE FORMAÇÃO DE QUADROS SOCIAIS (2012 – Hoje)

(cf. ANEXO: DADO SSA / 59)

Em 14 de Agosto de 2012, foi inaugurado, em Luanda, o “*Centro de Formação de Quadros Sociais*”, do MINARS (Ministério da Assistência e Reinserção Social), que vai administrar cursos habilitantes ao desempenho de quatro tipos de profissões sociais, categorizados assim: “*Educador Pré-Escolar*”, “*Vigilante de Infância*”, “*Vigilante de 3ª Idade*”, e “*Activista Social*”. Mais elementos informativos disponibilizados no site do MINARS, em Março 2015 indicam que:

A duração dos cursos é, em média, bimensal e o objectivo é o de prover a falta de técnicos com o “perfil social apropriado, para atender crianças nas instituições de infância do País”. Até 2014 já devem ter sido formados cerca de 523 quadros sociais. O elenco disciplinar integra conhecimentos sobre:

- Psicologia;
- Pedagogia;
- Língua portuguesa;
- Metodologia da matemática;
- Meio Social;
- Expressão Plástica;
- Música;
- Psicopedagogia da primeira infância;
- Introdução às instituições;
- Noções de saúde e puericultura;
- Metodologias de estórias;
- Metodologia de jogo e música.

Os seis referenciais do Itinerário do SSA, ora nuclearmente descritos, apresentam conteúdos significativos, dignos de análise intra-relacional, ou reflexiva, em que se tente elaborar uma síntese compreensiva do Itinerário do SSA, *per se*. Este primeiro nível de análise abrirá um segundo nível de análise comparativa do SSA com elementos de SS não angolanos, mas internacionais, com tendência polar sobre o SS Português. Este segundo plano analítico conduzirá o trabalho, quase obviamente, para a compreensão da IS (europeia), com fito no mesmo SSA.

Tenta-se condensar, portanto, a abrir esta Parte II do trabalho, numa tabela síntese dos dados mais pertinentes para uma compreensão reflexiva do Itinerário SSA, desde logo, seguindo a grelha apresentada por Branco (2014), ou seja, arrumando e discriminando, numa trilogia, tais dados relevante, entre (1) “Eventos Nacionais”, (2) Eventos da Política Pública ou Social e (3) Eventos SSA (específicos). Acrescenta-se nesta última coluna um pequeno painel de “Suposição de Qualidade Curricular (Suposição QC)”, a ser discutida mais adiante, em Ponto 8.

SEGUNDA PARTE:

ANÁLISE DO ITINERÁRIO DO SERVIÇO SOCIAL EM ANGOLA

Tabela 3

7. SISTEMATIZAÇÃO TABELADA DE DADOS RELEVANTES DO “ITINERÁRIO SSA”

DATA	EVENTOS NACIONAIS	EVENTOS JUS-PÚBLICOS	EVENTOS SSA (específicos)
1961-1974	Welfare Colonial: Regime do Estado Novo	Diploma Legislativo nº 3.163/61, de 2 Novembro	<p><u>Criação do Instituto Pio XII:</u> Formação superior de Profissionais de SSA.</p> <p>1963: 1ª Fase, Intensiva; 1964: 2ª Fase, Superação; 1969: Regularização da Licenciatura, quadrienal.</p> <p><u>Tipologia de Profissionais:</u> segundo necessidades e objectivos concretos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Educadores Sociais; - Monitores de Infância; - Assistentes Sociais Polivalentes; - Assistentes Sociais para desenvolvimento Comunitário; - Assistentes Sociais Coordenadores de Assistência. <p><u>Produção total:</u> 120 diplomados.</p>
	Guerra anticolonial	Estabelecimento do IASA: Instituto de Assistência Social de Angola	
1975-2002	Independência de Angola	Estabelecimento da Secretaria de Estado para Assuntos Sociais (SEAS)	
	Guerra civil	Encerramento de Pio XII 1975: Curso Intensivo de “Cuidados com Crianças Vítimas da Guerra”, pelas ONG’s “International Save the Children Alliance” e “Institute of Child Health”.	
2002-2014	Fim da Guerra Civil	Estabelecimento do Ministério da Reinserção e Assistência Social (MINRAS)	
	Viragem para o modelo ideológico democrático	Decreto Presidencial 41/2002, de 9 de Agosto: indexação e	

	multipartidário e de mercado aberto.	especificação a áreas sociais hospitalares para profissionais sociais.	
	Orientação para Welfare	Lei nº 7/04, de 15 Outubro: Lei de Bases da Segurança Social.	2005: Criação do Instituto João Paulo II/UCA: Formação superior de Assistentes Sociais, com Licenciatura quadrienal. Produção/2012: 74 diplomados
2010: Criação do Instituto Superior de Serviço Social: Formação superior de Assistentes Sociais, com Licenciatura quadrienal. Produção/2014: 106 diplomados			
2012: Criação do “Centro de Formação de Quadros Sociais do MINRAS”. Formação (bimensal) de “Quadros Sociais”: - Educador Pré-Escolar; - Vigilante de Infância; - Vigilante da 3ª Idade; - Activista Social. Produção/2014: 523 diplomados			

Passe-se, de seguida à leitura desta tabela, numa tentativa de “Compreensão Reflexiva do Itinerário do SSA”.

8. COMPREENSÃO REFLEXIVA DO ITINERÁRIO DO SSA

A sistematização do Itinerário do SSA, atrás feita, permite construir e atribuir ao mesmo Itinerário (histórico) do SSA (1961-2014/Hoje) uma compreensão processável nestas três linhas fundamentais:

- (i) A primeira linha de compreensão do Itinerário do SSA (1961-2014/Hoje) é a de que o SSA teve uma implicação forte, de dependência, em sua

estrutura/qualidade, para com a “conjuntura sociopolítica nacional”, constituída pelos “Eventos Nacionais” e “Eventos Jus-públicos”.

- (ii) A segunda linha de compreensão do Itinerário SSA (1961-2014/Hoje) é a de que esta implicação determinante, da “conjuntura sociopolítica nacional” sobre a “estrutura/qualidade-SSA” permite ler e estabelecer, em sinopse, a ocorrência (1961-2014/hoje) de “três fases da conjuntura sociopolítica angolana” para outras “três fases de estrutura/qualidade do SSA”.
- (iii) A terceira linha, mais enfocada na própria tentativa de compreensão específica desta “estrutura/qualidade (trifásica) do SSA (1961-2014/Hoje)” põe três matérias de vulto: condensem-se os “Tipos de Formações-SSA feitas”, condensem-se os “Tipos de Profissionais (e Profissões)-SSA produzidos”, e protagonize-se uma “Suposição (comparativa) da Qualidade Curricular-SSA” sobre estas formações havidas e em curso.

Quanto à implicação “Conjuntura Sociopolítica do SSA” na “Estrutura/Qualidade do SSA”, parece claro que qualquer SS está inserido num âmbito superior, de uma sociedade concreta, e que o historial e a compreensão de um SS tem a ver com “as dinâmicas sociais e políticas”, configuradoras do seu “processo de emergência” (Branco, 2012).

Quanto às três fases sociopolíticas, configuradoras das três fases tipológicas do SSA, pode defender-se que o SSA (em seus dados específicos, de Formação-Profissão, alinhados na coluna 3^a da Tabela) foi determinado pela conjuntura sociopolítica angolana, (i) do regime do Estado Novo e guerra anticolonial, (ii) da Guerra civil angolana, e, de seguida, (iii) do fim da mesma. Com estes três marcadores da história sociopolítica de Angola, propõe-se (cf. Tabela 4):

- A Fase 1961-1974 como sendo, respectivamente, a “Fase Welfare-Colonial” e a “Fase de Implantação do SSA”;
- A Fase 1975-2002 como sendo, respectivamente, a “Fase da Guerra Civil” e a “Fase de Inibição do SSA”;

- A Fase 2002-2014/Hoje como sendo, respectivamente, a “Fase Pós-Guerra Civil e Pró-Democrática” e a “Fase da Refundação do SSA”.

Tabela 4

TABELA SÍNTESE FASES SSA

DATAÇÃO	FASE DA CONJUNTURA SOCIOPOLÍTICA	FASE DA ESTRUTURA SSA
1961-1974	Welfare-Colonial	Implantação do SSA
1975-2002	Guerra Civil	Inibição do SSA
2002-2014/Hoje	Pós-Guerra Civil e Pro-Democrática	Refundação do SSA

Conforme se vai desenvolver, de seguida, caracteriza a “Fase de Implantação do SSA” a criação do Instituto Pio XII e sua produção, mista, de diversos “profissionais sociais” (1961-69) e de “profissionais do Trabalho Social” (1969-1974), com base num “modelo curricular” que, aqui, se supõe caracterizar como “reactivo, monovalente, distributivo, (psico)terapêutico, pedagógico e cristão”.

Caracteriza a “Fase de Inibição do SSA” os registos do encerramento de Pio XII e da organização pontual de um “Curso intensivo de cuidados com crianças vítimas da guerra”, para, ao longo de quase três décadas, se manter ou produzir alguns “profissionais sociais”, com um modelo curricular que se supõe, aqui, caracterizar como “reactivo, pontual e monovalente”.

Caracteriza a “Fase da Refundação do SSA” a criação, fulcral, do Instituto João Paulo II, do ISSS, produtores, mais paradigmáticos, de “profissionais do Trabalho Social”, com modelos curriculares, aqui, supostos, respectivamente, “proactivo, polivalente, sociológico, humanista e empreendedor”, e “activo, polivalente e (psico)sociológico”.

Quanto ao deslindamento da estrutura/qualidade do SSA (1961-2014/Hoje), em termos e suposições acima avançados, primeiro, esclarece-se que o percurso do SSA, atrás descrito, apresenta, em termos de “Tipos de Formações-SSA feitas” e, conseqüentemente, em termos de “Tipos de Profissionais (e Profissões)-SSA produzidos”, uma matéria de que relevaria a destriça (qualificativa) para a qual Francisco Branco (2012) chama a atenção, quando fala de “profissões sociais em geral e profissões do Trabalho Social em particular”, ou seja, importa, para além da função jus-

pública em legitimar o trabalho em SS, conferir-se sempre a autonomia científica e formativa do trabalhador social em causa e a sua competência laboral ou ocupacional, de acordo com parâmetros nacionais e internacionais, institucionais e inter-institucionais, hoje, definidores do “Trabalho Social (*Social Work*)”, propriamente dito.

Esta destrição qualificativa parece ser outro parâmetro hermenêutico importante para se perscrutar da evolução ou provocação da sua qualidade no Itinerário do SSA. E a questão é a seguinte: os dados do Itinerário do SSA indicam que desde a sua Implantação até Hoje, o SSA reporta-se com a realização de 10 tipos diferentes de formação social e uma produção estimativa de 823 diversos trabalhadores sociais (1961-2014/Hoje), dos quais, embora constituindo todos o SSA, em rigor, apenas cerca de 180, julgue-se, à luz do tal parâmetro, reúnem condições científicas, competências profissionais ou ocupacionais de serem “profissionais do Trabalho Social”, a saber, os Assistentes Sociais diplomados em Licenciaturas (para efeito) do Pio XII, do João Paulo II e do ISSS. Não sendo só uma questão de nomenclatura, referente aos vários trabalhadores sociais, existe um critério científico (autónomo e praticamente universal), habilitante: o profissional do Serviço Social – enquanto titular de competências técnicas para o Trabalho Social deve ser titular de, pelo menos, uma licenciatura em SS, regularmente, processada por um estofamento curricular de respectiva qualidade. No caso do Itinerário do SSA, reconhece-se que ele desenvolve-se até hoje, pelos vistos, sem abdicar do “sistema misto” (formador, produtor e absorvedor de profissionais ou trabalhadores sociais e de profissionais do SS), desde logo iniciado na Fase da Implantação. Todavia, note-se que nesta Fase da Implantação (1961-74), apenas até 1969 se tolerou, por motivos de emergência, formações e produção de trabalhadores sociais (não profissionais do SS): isto fez-se apenas nos “Curso Intensivo / 1963” e “Curso de Superação /1964) de Pio XII. A partir de 1969, a formação de profissionais do SS, licenciados regularizou-se. Hoje, o Centro de Formação de Quadros Sociais” do próprio MINARS parece apostar em profissionais sociais, e não em profissionais do SS, em Angola.

Na verdade, do ponto de vista da qualidade do SSA, pode discutir-se da mais-valia técnica qualitativa e da boa canalização de recursos de que os “quadros sócias” devem ser mais avalistas do que os profissionais do SS.

Tabela 5
TABELA CURRICULAR CONTRASTIVA JP II VS. ISSS

Grupo Científico-modular	JP II			ISSS			
	C	Designação	D	C	Designação	D	
Capacitação Verbal: Língua/Comunicação	1	Língua Portuguesa	2	1	Língua Portuguesa	1	
	2	Língua Inglesa	2	2	L. Estrangeira	1	
	3	Língua Umbundu	2	3	L. Nacional	1	
	4	Língua Kimbundu	2	0	-----	0	
	5	Técnicas de Comunicação	1	4	Técnicas de Comunicação	1	
Capacitação Criativa: “Tools” Tecnologias/Investigação e Empreendedorismo	0	-----	0	5	Informática básica p/ SS	1	
	6	Mét. e Téc. de Invest. Social	4	6	Pesquisa em SS	2	
	7	Teorias&Dinâmicas de Grupo	1	7	Teorias& Dinâmicas de Grupo	1	
	8	Métod. p/ Monografia (TCC)	2	8	Orient. da Monografia (TCC)	1	
	9	Estatística p/ as Ciên. Sociais	2	9	Estatística Aplicada ao SS	2	
	10	Planeamento e Gest. de Proj.	2	10	Plan.e Gestão de Proj.Sociais	2	
	0	-----	0	11	Pesquisa em SS	2	
	0	-----	0	12	Introd. à Investigação Social	1	
	Capacitação e Vinculação Profissional / SS:	11	Introdução ao Serviço Social	2	0	-----	0
		12	S. Social e Interv. Social	1	13	Intervenção Social em SS	1
13		Bases de Saúde Pública	1	14	Saúde Pública	1	
14		Introdução a Sociologia	1	15	Introdução à Sociologia“	2	
15		Introdução à Psicologia	1	16	Psicologia Geral	1	
16		Intr. ao Estudo do Direito	1	0	-----	0	
17		(Introdução à) Economia	3	17	(Intr. à) Economia (Social)	2	
18		Introdução à Filosofia	1	18	Filosofia Geral	1	
19		Teorias Sociológicas	1	0	-----	0	
20		Psicologia Social	1	0	-----	0	
21		Antropologia Filosófica	1	0	-----	0	
22		Observatório do Social	1	0	-----	0	
23		Sociologia Urbana e Rural	1	19	Sociologia Rural e Urbana	1	
24		Psicossociologia das Organiz	1	20	Psic. Social das Organizações	1	
25		Antrop. Social e Cultural	2	21	Antropologia Social e Cultural	2	
26		Psicologia do Desenvolvim.	1	22	Psicologia	1	
27		Estudo dos Recursos Sociais	1	0	-----	0	
28		S. Social com Comunidades	1	23	Serviço Social de Comunidades	1	
29		Sociologia da Família	1	0	-----	0	
30		Correntes Modernas de S S	1	24	Teorias e Métodos de SS	2	
29		Política Social	1	25	Política Social	1	
30		Segurança Social	1	0	-----	0	
31		Sociol. do Desenvolvimento	1	26	Sociologia do Trabalho	1	
32		Psicopatologia	1	0	-----	0	
33		Probl. Soc. Contemporâneos	1	0	-----	0	
34		Supervisão em S.S.	2	0	-----	0	
0		-----	0	27	Fundamentos Históricos do SS	2	
Conhecimento Auxiliar		35	História de Angola	2	0	-----	0
		36	Dto. Família e do Menor	1	28	Introd. ao Direito	1
		37	Geografia Humana	1	0	-----	0
		38	Direito do Trabalho e Social	1	29	Direito do Trabalho	1
		39	Organiz. e Adm.do Estado	1	0	-----	0
Ética e Deontologia		40	Pensamento Social da Igreja	1	0	-----	0
		41	Axiologia e Ética	1	0	-----	0
	42	Deontologia Profissional	1	30	Ética e Deontologia p/ SS	1	
Provas Académicas		Semin. de Prep. de Estágios					
		Estágio de Instituição			Estágio		
		Relatório					
		Monografia			Monografia		

A propósito dos profissionais do SSA, importa, assim, ensaiar comparar os currículos formativos das duas licenciaturas vigentes (já que o Pio XII foi extinto) para a produção dos mesmos profissionais do SSA.

Arrumados por “Grupos modulares científicos” cujas Disciplinas (C) e suas respectivas densidades programáticas (D) podem ser quantificadas (até “2”, se se derem em dois semestres, ou a “1”, se se ficarem em um só semestre), os currículos formativos de João Paulo II (JP II) e do Instituto Superior do Serviço Social (ISSS) mostram, conforme tabela acima, que as “suposições”, mais acima, corridas sobre os seus “modelos curriculares”, sem pôr em causa a idoneidade formativa de ambos os institutos, podem, ser, construtivamente, oferecidas à crítica. A aproximação comparativa destes dois “modelos curriculares”, tal como hoje, administrados, mostra o seguinte:

- O quadriénio curricular do JP II é preenchido, actualmente, por 42 unidades curriculares (UC), enquanto o do ISSS 30.
- O módulo científico-disciplinar, aqui organizado e designado como factor da “Capacitação / Vinculação Profissional em SS”, ou seja, nuclear e axiológico para formação e competências profissionais dos Assistentes Sociais, tem no JP II 26 UC dadas numa densidade horária (D) de “31”, enquanto no ISSS tem 15 e dadas em D “20”.
- Esta comparação, baseada nesta objectividade dos dados, sem desprimor por nenhum dos currículos e longe de pretender ser um juízo de valor, pode supor, que o JP II aposta em “profissionais de SSA proactivos, polivalentes, sociológicos, desenvolvimentistas, humanistas e empreendedores”, e que o ISSS aposta em “profissionais SSA activos, monovalentes e (psico)pedagogos”.

Este quadro de suposições deve permitir sublinhar que o SSA está em sua “Fase de Refundação”, e que há necessidade e razões para que os seus centros estruturantes, da formação dos seus profissionais, e os seus centros conjunturais, decisores de sua indexação laboral (para melhor empregabilidade), tenham uma visão atenta à realidade angolana, mas também atenta à realidade extra-angolana. O fenómeno SS é local e universal, pelo que, conforme se segue, fazem-se dois exercícios: faz-se um breve

paralelismo, quer dizer, uma “Sistematização de Dados do SSA com outros Dados de SS”, e faz-se, de seguida, uma abertura, quer dizer, uma aproximação compreensiva da “Inovação Social (Europeia)” ante o mesmo SSA. Este esforço pode ensaiar linhas e sentidos de abertura do SSA para dimensões de maior qualificação.

Tabela 6
TABELA COMPARATIVA SSA VS. SSP

DATA	SSA	SSP		
		Conjuntura Internacional	Conjuntura Nacional Sociopolítica	Marcadores SSP
1974	Fim da Fase da Implantação SSA	Corrente latino-americana, de radicalismo e intervencionismo do SS	Revolução sociopolítica	Reconceptualização do SSP para um paradigma profissional agente pelas “classes excluídas”
			Welfare: Implementação da Protecção Social / Serviço Nacional de Saúde.	
			1976 Eleições legislativas e estabilização sociopolítica Democrática.	Reconhecimento do nível universitário para o SS.
			1989 Indexação laboral dos profissionais SSP para funções públicas: Reconfiguração dos campos laborais SS.	
1975	Fase da Inibição SSA	Metodologia SS baseada na tríade “Caso-Grupo-Comunidade”	1993 Adesão ao Tratado de Maastricht / UE	Florescimento e diversificação da formação superior em SS.
2002	Fase da Refundação SSA		1990 /99 Aprofundamento Welfare: Reformas Sociais / Pensões.	
		GLOBALIZAÇÃO UNIVERSALIZAÇÃO SS: FIAS-AIESS Direitos Humanos <u>INOVAÇÃO SOCIAL</u>	<div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;"> <div style="border: 2px solid red; padding: 5px; background-color: #4a7ebb; color: white;">Escalão SS (ainda) PRÉ-GLOBAL</div> <div style="border: 2px solid green; padding: 5px; background-color: #4a7ebb; color: white;">Escalão SS (já) GLOBAL</div> </div>	

9. SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS DO SSA COM OUTROS DADOS DE SS

É quase natural e mesmo útil que um primeiro nível de paralelismo entre o SSA e um SS extra-angolano se faça entre dados portugueses pós-descolonização e as três fases SSA (colonial e pós-coloniais). Francisco Branco (2013 e 2014) (citando também Negreiros, 1999^a, 1999b e 2005), oferece dados sobre a conjuntura internacional relevante para o SS e os referenciais do SSP (Serviço Social em Portugal / 1974 – 1999 e mesmo depois de 1999). Os dados incluem conteúdos internacionais (Conjuntura Internacional influente), então modeladores do SSP e de outros SS europeus, e dados relevantes do SSP (conjunturais e específicos) e os dados SSA mais salientes. O período aqui aproximado vai até ao ano 2002, início da fase angolana de “refundação / SS”. No entanto, visa-se dar noção, através deste contraste, embora apenas sinalético, que um processamento descritivo e qualificador de um SS deve ter em conta o que se poderá chamar por um “escalão Pré-Global (ou de definição só Local) do SS”, e um “escalão Global (ou de definição Universal) do SS.

Embora breve, apanhando o segmento 1974-1999/2002, esta tabela aponta para o facto de que na dinâmica de um SS, podem influir correntes de pensamento internacionais e nacionais, mas também eventos de conjuntura sociopolítica nacional. Há mais elementos a retirar da mesma tabela com uma análise comparativa SSA – SSP.

10. ANÁLISE COMPARATIVA DO ITINERÁRIO SSA

Como a tabela nº 6 mostra, o perfil de cada SS capitaliza uma individualidade peculiar, mas também em enfatizar que as linhas “Internacional” e “Nacional”, influentes na linha específica do SS, firmam uma implicação mais directa entre o Welfare ou a qualidade das Políticas Sociais e a Configuração do SS. Pode avançar-se a equação, de que quanto mais qualidade de welfare houver, mais qualidade de SS existe.

Além de o próprio corpo académico e profissional do SS de cada comunidade ser uma fonte incubadora de ideias inovadoras do SS, hoje, com o fenómeno da Globalização, a conjugação do “Local” com o “Global” tornou-se intercomunicativa e versátil, e os valores paradigmáticos propostos pelas FIAS, AIESS e também pela Comissão

Europeia (sobre a Inovação Social) são orientações sulcando as dimensões formativa e profissional do SS.

Está em causa uma orientação mais objectivada e intersubjectiva na indexação das características académicas e laborais dos profissionais sociais e das características dos resultados-objectivo do mesmo SS, local e globalmente. Almejam-se e tentam alcançar-se alterações ou benefícios sociais de definição local, sim, mas também de definição intergovernamental ou universal. Assim, a dimensão predicativa, caracterizadora do SS pode ancorar-se a um bem-estar definido ou subjectivamente ou (mais ou menos) objectivamente (em leis governamentais) ou intergovernamentais, quer dizer globais. A nível jus-público governativo, comunitário e local, os Estados podem definir o seu welfare ou políticas sociais, que enquadrarão todo o SS, com mais ou menos abertura para os DH, isto é, com mais ou menos abertura com o que é definido pela plataforma intergovernamental e global democrática, e em que, pelos mesmos DH e SS, intervêm a ONU, a IFSW, a IASSW e a EASSW.

Assim, deste cimeiro escalão, global, definidor da mais alta fase-inovacional do SS, pode ser destacado o documento “Serviço Social e Direitos Humanos. Manual para Escolas e Profissionais de Serviço Social (1999)”, cuja versão portuguesa teve a colaboração do Prof. Dr. Francisco BRANCO, devendo ser uma das melhores fontes dos Objectivos intergovernamentais do SS, e declara-se nele, por exemplo, o seguinte:

“A Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas através da Resolução 49/184 de 23 de Dezembro de 1994 (...) tem por objectivos genéricos a consciencialização e compreensão de todas as normas, conceitos e valores consagrados nos mais importantes instrumentos jurídicos existentes em matéria de Direitos Humanos, designadamente a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos e o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais. (...) O Manual para Escolas e Profissionais de Serviço Social (publicado originalmente em 1992) e o primeiro desta ambiciosa série, tendo sido preparado mediante um esforço de colaboração entre o Centro para os Direitos Humanos e duas organizações não-governamentais – a Federação Internacional de Assistentes Sociais e a Associação Internacional de Escolas de Serviço

*Social. Foi concebido com o objectivo específico de incrementar o conhecimento e a compreensão deste importante grupo profissional a respeito de todos os aspectos relacionados com a temática dos Direitos Humanos e mecanismos internacionais estabelecidos com o objectivo de proteger tais direitos. (...) A Federação Internacional de Assistentes Sociais (FIAS) e a Associação Internacional de Escolas de Serviço Social (AIESS) consideram imperativo que todos quantos se encontram envolvidos na área da educação e prática do Serviço Social assumam um compromisso claro e incondicional de promoção e protecção dos Direitos Humanos, bem como de satisfação das aspirações sociais fundamentais. (...). O Serviço Social tem sido, desde a sua criação, uma actividade de defesa dos Direitos Humanos, tendo por princípio base o valor intrínseco de cada ser humano e como um dos seus principais objectivos, a promoção de estruturas sociais equitativas, capazes de oferecer às pessoas segurança e desenvolvimento, ao mesmo tempo que defendem a sua dignidade. (...). FIAS e AIESS acreditam que um maior conhecimento e compreensão da temática dos Direitos Humanos contribuirão para o aperfeiçoamento da acção e intervenção dos profissionais de Serviço Social em benefício daqueles que necessitam dos seus serviços. (...) Os profissionais de Serviço Social trabalham com os utentes a diversos níveis: ao nível do indivíduo e da família (nível micro); ao nível da comunidade (nível meso); e ao nível da sociedade – nacional e internacional (nível macro). Os assistentes sociais devem revelar preocupação com os Direitos Humanos a todos os níveis e em todas as ocasiões. (...). Na sua publicação de 1987 intitulada *Human Rights: Questions and Answers* (em português, “Direitos Humanos: Perguntas e Respostas”), as Nações Unidas definem Direitos Humanos da seguinte forma: Os Direitos Humanos podem ser definidos, em termos gerais, como aqueles direitos que são inerentes à nossa natureza e sem os quais não podemos viver como seres humanos. Os Direitos Humanos e as liberdades fundamentais permitem-nos desenvolver e utilizar plenamente as nossas qualidades humanas, a nossa inteligência, os nossos talentos e a nossa consciência, e satisfazer as nossas necessidades espirituais e de outra natureza. Baseiam-se na crescente procura por parte da Humanidade de uma vida na qual a dignidade e o valor inerentes a qualquer ser humano mereçam respeito e protecção. (...) Na mesma publicação, diz-se o seguinte: A negação dos Direitos Humanos e liberdades fundamentais não constitui apenas uma tragédia pessoal, origina também condições de instabilidade política e social, lançando as sementes da violência e do conflito entre sociedades e nações e no seio das mesmas. (...). O Serviço Social desenvolve-se em*

cinco contextos diferentes, os quais, apesar de poderem ser analisados separadamente, constituem partes de um todo. Esses contextos são de carácter geográfico, político, sócio-económico, cultural e espiritual:

- (a) Geográfico: toda a actividade se desenvolve dentro de determinadas fronteiras: organismo, nação, Estado, região.*
- (b) Político: Cada país tem um determinado sistema político. Este define o contexto dentro do qual a actividade se desenvolve, quer o sistema seja liberal ou repressivo, socialista, social-democrata ou capitalista.*
- (c) Socio-económico: um modo de vida adequado, trabalho, saúde e serviços médicos apropriados, educação e, se possível, acesso à segurança social e a serviços sociais são aspirações humanas elementares. A coesão social de qualquer grupo ou nação depende, em larga medida, de uma distribuição equitativa dos recursos disponíveis.*
- (d) Cultural: os usos, crenças, aspirações e cultura dos indivíduos, das famílias, dos grupos, das comunidades e das nações têm de ser respeitadas, embora sem prejuízo da evolução de determinadas práticas e crenças. Doutro modo, ocorrerão actos discriminatórios, destrutivos para a sociedade.*
- (e) Espiritual: nenhuma sociedade no seio da qual se desenvolve Serviço Social é destituída de valores. É de importância central, quer para o desenvolvimento do Serviço Social, quer para desempenho humano, que seja prestada atenção ao espírito, valores, filosofias e ética, bem como às esperanças e ideais daqueles com quem os profissionais de Serviço Social trabalham e, ao mesmo tempo, aos valores dos próprios assistentes sociais (...).”*

Estes conteúdos documentais significam que, para lá dos tais “cinco contextos” condicionantes de uma maior ou menor transparência e aspiração para com os DH (nos SS) há uma bitola, hoje, jus-global, pautadora ou caracterizadora de resultados-objectivos” de qualquer SS. Por conseguinte, é fácil concluir este esboço de comparação SSA vs. SSP com três nótulas:

- À caracterização de um SS deve, hoje, pode ser sempre indexado um valor pautal ou escalonar de posicionamento em relação aos predicadores FIAS-AIESS e dos DH do SS;

- Poder-se-á falar de um SS (mais ou menos) Pré-Global, ou de um SS (mais ou menos) Global, segundo o mesmo SS evolua com mais ou menos aproximação aos predicadores universais (FIAS-AIESS e DH).
- Neste contraste, embora muito pontual, SSA vs. SSP (desde 1975 até 1999/2000 e, porventura, até hoje), pode haver factos e razões para, do ponto de vista internacional, indexar-se já o SSP como trilhando já escalões característicos de um “SS Global”, e o SSA como estando ainda de saída de um contexto Pré-Global, e no limiar de descolamento para escalões de SS Global (já que vai ainda em fase de refundação).

Não sendo possível, neste trabalho, aproximar ou aprofundar todas estas orientações “Globais” ou internacionais do SS, que muitos outros SS como o SSP já, de certeza, trilham, esboçar-se-á, acto contínuo, uma compreensão da “Inovação Social (IS)”.

11. COMPREENSÃO DA INOVAÇÃO SOCIAL PARA O SSA

As mudanças sociais são imparáveis e fazem que o SS seja uma formação-profissão em redefinição dinâmica. A redefinição, em nome de actualização para maior virtude e eficiência assemelha-se a um *upgrading* obrigatório, que, em princípio, a Inovação Social, deseja incubada e mesmo provocada qualitativamente proactivamente nos próprios SS, e não sofrida passivamente. Tal é o significado da “inovação”: a ideia de reformulação e recontextualização contínua, em busca de mais eficiência e maior capacidade de realização dos DH pelos Serviço e profissionais Sociais é o que, a partir das ciências económicas, traz, com especificações próprias, a noção da “proactividade empreendedorista” (cf. Schumpeter, 1996; Robert, e Cordeiro, 1997) do conceito da “Inovação” para o domínio dos conhecimentos, profissionalização e práticas do SS.

De forma estandardizada, a Comissão Europeia em seu documento Guide to Social Innovation (February/2013: 6-10) define a Inovação Social (IS) como mais abaixo copiado em inglês, e que se sintetiza, no essencial, assim:

IS, para a Comissão Europeia, é o processo de desenvolvimento de novos conhecimentos (i) sobre serviços, produtos e soluções assistenciais, (ii) sobre

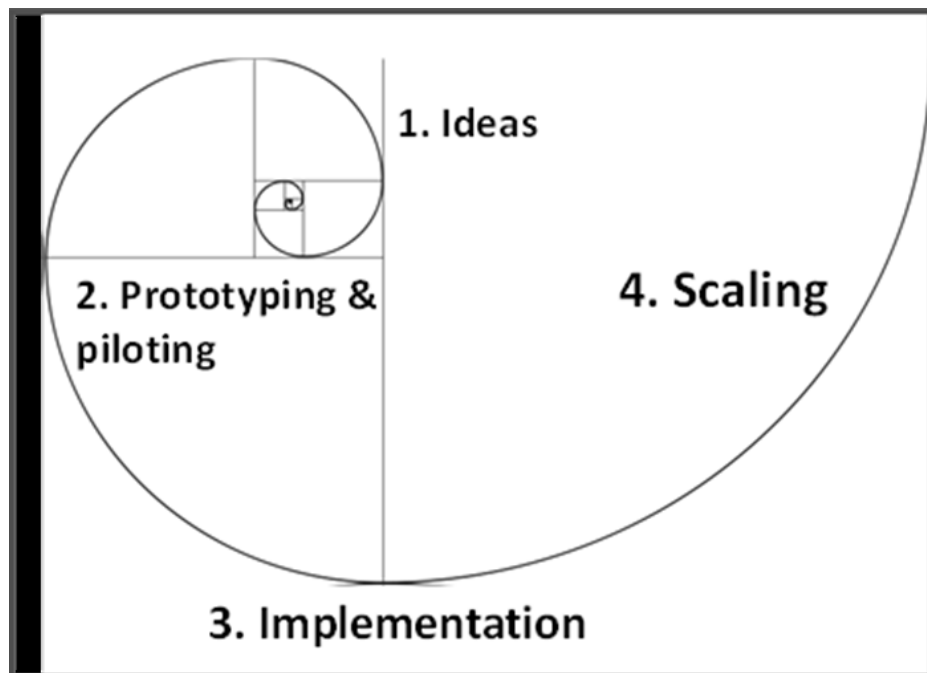
estratégias, relações ou cadeias de colaboração assistenciais, (iii) sobre as necessidades sociais (sobretudo novas ou mal conhecidas), com vista à realização do bem-estar e a capacitação ou empoderamento de pessoas (singulares ou comunitárias) para o seu bem-estar, o que, metodologicamente, se articula em quatro passos fundamentais:

- (i) A identificação de necessidades sociais ainda não ou mal conhecidas;
- (ii) O desenvolvimento (inventivo) de soluções de satisfação a estas necessidades sociais;
- (iii) A avaliação (técnica e/ou incubadora) da aplicabilidade produtora ou eficiente destas soluções, relativamente às necessidades-alvos;
- (iv) Escalonamento verificativo da eficiência destas soluções, como inovações sociais.

Fig. 2

Guide to Social Innovation (p. 10)

The spiral model of social innovation showing the four stages (p. 10)



Ipsis verbis e mais claramente:

“Social innovation can be defined as the development and implementation of new ideas (products, services and models) to meet social needs and create new social relationships or collaborations. It represents new responses to pressing social demands, which affect the process of social interactions. It is aimed at improving human well-being. Social innovations are innovations that are social in both their ends and their means. They are innovations that are not only good for society but also enhance individuals’ capacity to act. They rely on the inventiveness of citizens, civil society organizations, local communities, businesses and public servants and services. They are an opportunity both for the public sector and for the markets, so that the products and services better satisfy individual but also collective aspirations. Stimulating innovation, entrepreneurship and the knowledge-based society is at the core of the Europe 2020 Strategy.

Social innovation describes the entire process by which new responses to social needs are developed in order to deliver better social outcomes. This process is composed of four main elements:

- Identification of new/unmet/inadequately met social needs;*
- Development of new solutions in response to these social needs;*
- Evaluation of the effectiveness of new solutions in meeting social needs;*
- Scaling up of effective social innovations.*

The BEPA (Bureau of European Policy Advisors) definition above comes from a report¹ which outlines the following three key approaches to social innovation:

***Social demand innovations** which respond to social demands that are traditionally not addressed by the market or existing institutions and are directed towards vulnerable groups in society. They have developed new approaches to tackling problems affecting youth, migrants, the elderly, socially excluded etc. The European Social Fund and initiatives like PROGRESS traditionally link to this (...).*

*The **societal challenge** perspective focuses on innovations for society as a whole through the integration of the social, the economic and the environmental. Many of the integrated approaches seen in the ERDF’s URBAN2 programs as well as the URBACT3 program fall into this societal challenge approach (...).*

The systemic change focus, the most ambitious of the three and to an extent encompassing the other two, is achieved through a process of organizational development and changes in relations between institutions and stakeholders. Many EU approaches that involve 'stakeholders' are attempting to move in this direction such as the EQUAL programme (driven by the idea of changing the balance of power between users and providers⁴) and LEADER⁵. In sum, Social innovation approaches are notably innovations in the internationally recognised Oslo Manual ⁶ sense, but whose primary goal is to create social change (...)."

Considere-se que o processo da IS toma ignição na “identificação de uma necessidade social nova ou ainda mal definida”. O alcance desta instrução deve revelar que há consciência de que a identificação de uma “necessidade social”, portanto a agudização da “sensibilidade ou da inteligência social” para com a detecção de “necessidades sociais novas”, é o ponto metódico de partida, detonador da configuração de uma solução-satisfação para a mesma necessidade. Assim visto, assume-se, aparentemente, que o alavancamento progressivo de um SS para a busca de Bem-Estar e dos Direitos Humanos é feito por uma dialéctica de descoberta-eliminação (satisfatória) de necessidades sociais. A solicitação de “qualquer um”, disponível e intelectualmente competente, feita pela Comissão Europeia, a contribuir para tal exercício, sem representar um stress, parece que vem ensaiar a desadministração e a omni-difusão da tutela dos DH e até do próprio SS. E é o sentido co-construidor, co-participativo, co-tutor do SS, do ponto de vista incentivador da IS

Enquanto detecção de necessidade-solução nova, o processo metódico da IS teria alguma aplicabilidade no SSA, actualmente?

Para se responder a esta pergunta, proceda-se, com estes três passos, a proceder à:

- (i) Identificação do nível social e de bem-estar de Angola;
- (ii) Aplicabilidade da identificação de necessidades (novas ou mal conhecidas) junto ou com o SSA;
- (iii) Avaliação da Aplicabilidade produtora de solução.

Quanto à identificação do nível de bem-estar social em Angola, óbvio será remeter a questão a três elementos objectivos sobre esta matéria, a saber, um recorte do Relatório da Human Rights Watching (HRW)/2014 sobre Angola, o escalão de Desenvolvimento Humano de Angola, segundo Relatório do PNUD/2014, e também as descrições de WHEELER e PÉLISSIER (2011).

Sobre Angola, o Relatório da HRW, de 2014, diz, resumindo-o, entre outros aspectos, o seguinte:

“JANEIRO DE 2014 – RESUMO DO PAÍS

Angola

José Eduardo dos Santos é presidente da Angola há 34 anos e garantiu mais um mandato de cinco anos nas eleições de agosto de 2012. Embora as urnas tenham consolidado o controle do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) que está no poder, as autoridades intensificaram as medidas repressivas com a finalidade de restringir a liberdade de expressão, associação e reunião em 2013.

O governo ingressou com vários processos judiciais por difamação criminal contra jornalistas e ativistas que expressam suas opiniões. Além disso, continua utilizando abuso policial, prisões arbitrárias e intimidação para impedir a realização de protestos pacíficos contra o governo, greves e outras reuniões. Em 2013, o governo também retomou os despejos forçados em massa de assentamentos informais e lançou uma nova iniciativa para remover os comerciantes de rua de Luanda (capital do país). As duas medidas afetam as comunidades mais pobres de Angola e foram aplicadas com brutalidade. (...)

Detenções arbitrárias no Enclave de Cabinda

Apesar de um acordo de paz feito em 2006, uma insurgência separatista intermitente ainda persiste no Enclave de Cabinda, que é rico em petróleo. O governo tem usado a segurança como pretexto para reprimir a dissidência pacífica. As forças de segurança continuam prendendo arbitrariamente partidários do movimento guerrilheiro

separatista Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC). Meios como tortura e custódia militar são utilizados para forçar os detentos a confessar ou incriminar outras pessoas. Tais violações dos direitos ao devido processo, bem como a perseguição aos jornalistas que documentam esses casos e ameaças contra advogados de defesa, prejudicaram a credibilidade dos julgamentos por supostos crimes de segurança nacional em Cabinda. (...).”

O ranking de Angola no Relatório do PNUD / 2014 sobre o Desenvolvimento Humano é o seguinte é o nº 149, pertencente à secção medíocre do ranking, “Low Development”, bem atrás de São Tomé e Príncipe, Kénia e Swazilândia:

“142 Bangladesh

142 Sao Tome and Principe

144 Equatorial Guinea

LOW HUMAN DEVELOPMEN

145 Nepal

146 Pakistan

147 Kenya

148 Swaziland

149 Angola

150 Myanmar

151 Rwanda

As descrições historiográficas de Douglas WHEELER, e, René PÉLISSIER (2011: 372-375) mantêm actualidade, documentam isto:

“O historiador que se debruçar sobre Angola do século XXI perguntar-se-á: em que estado se encontra a sociedade angolana (...)? Qualquer análise, por mais sucinta que seja, (...) terá de ser relegada para outro livro. Em primeiro lugar, qual foi o legado da guerra civil em termos de perdas de vida e de sofrimento humano? (...). O acordo de paz foi assinado a 4 de Abril de 2002 (...). Ao fim de 30 anos de guerra e face a este legado de morte e destruição, um adjectivo apropriado para descrever este país seria «mutilado». Todos os indicadores socioeconómicos e estatísticas relevantes mostram

que a situação de Angola e do seu povo é má, mesmo quando comparada com países africanos menos ricos em recursos minerais. Com uma população total estimada em cerca de 16 milhões de habitantes em 2005, um número reduzido face às populações dos países africanos com áreas equivalente ou mais pequenas. (...). O país como um todo apresenta um povoamento disperso (...). As mudanças mais flagrantes foram o crescimento maciço da capital e o crescimento da população de Luanda, bem como o de algumas outras cidades. (...). O governo de Luanda precisa de adoptar um Plano Marshal para a reconstrução do país; graças às receitas do petróleo, o governo já dispõe dos fundos necessários, mas será que tem planos efectivos, recursos humanos ou vontade política para levar a tarefa por diante? A sociedade angolana apresenta indicadores comparativamente mais positivos no produto interno bruto per capita, superior a mil dólares (ligeiramente mais alto do que o valor da Costa de Marfim) e uma taxa de literacia de 67 por cento. Uma sociedade civil composta por organizações não governamentais lideradas por angolanos e não por estrangeiros começou a emergir com os preparativos e no rescaldo das eleições gerais de 1992. (...)”.

O que se conclui deste painel de referências é que as desigualdades cívico-sociais, a pobreza, fome e as violações dos DH são o drama social em crescendo em Angola, e, já não por razões de uma guerra civil, mas razões de falta ou pouca vontade política, configurando-se uma maior fracturação do país, pois, se algum crescimento económico tem havido, “o impacto deste crescimento concentrou-se quase sempre na região de Luanda ou noutras áreas urbanas costeiras”. (Wheeler e Pélissier, 2011: 374)). Perante este cenário social dramático, caricaturado como o de um “gigante com pés de barro” (Pacheco, 2010), denunciado como o da “cultura do medo” (Albuquerque, 2002), e acusado como o de um Estado de “corrupção e tortura” (Marques, 2011), as necessidades sociais são facilmente identificáveis.

Quanto à aplicabilidade da “identificação de necessidades novas ou mal conhecidas”, acha-se que a principal questão que se põe em Angola e ao SSA é uma hierarquização programática de soluções para as necessidades sociais já submergindo as populações. São óbvias e pontos metodológicos de selecção, modulação e implementação de qualquer projecto social perguntas como “que fazer (primeiro)?”, “onde fazê-lo já?”, “por quem fazê-lo”, e “como fazê-lo”?

Os dados do SSA levantados e outras actuações filantrópicas presentes no Anexo tendem, claramente, a mostrar que os protagonistas actuais do SSA – citemos os profissionais do Centro do MINARS – priorizam as “crianças de centros urbanos, quase exclusivamente as de Luanda, recolhendo, enquadrando e educando-as”. Esta assistência só contempla, porém, uma minoria do universo das crianças de rua, em emergência social, cujos riscos de delinquência foram estudados por Dumbo (2012).

Quanto à “Avaliação da Aplicabilidade produtora do modelo de soluções / IS”, há que reconhecer que as metodologias responsivas da IS requerem ainda um crescimento qualitativo e quantitativo do SSA e do próprio Welfare angolano. Esta tomada de consciência tem em conta, por exemplo, a actual definição oficial do SS:

“O Serviço Social é uma profissão de intervenção e uma disciplina académica que promove o desenvolvimento e a mudança social, a coesão social, o empowerment e a promoção da Pessoa. Os princípios de justiça social, dos direitos humanos, da responsabilidade coletiva e do respeito pela diversidade são centrais ao Serviço Social. Sustentado nas teorias do serviço social, nas ciências sociais, nas humanidades e nos conhecimentos indígenas, o serviço social relaciona as pessoas com as estruturas sociais para responder aos desafios da vida e à melhoria do bem-estar social. Esta definição de Serviço Social pode ser ampliada ao nível nacional e/ou ao nível regional.” (IFSW, data).

Ora, no quadro de soluções conformadas com a IS, pretende-se a implementação por parte dos SS não só de uma assistência terapêutica, “reactiva” aos casos tóxicos sociais, mas também uma acção inovadora, proactiva, redentora ou preventiva dessas aflições sociais (materiais e mentais). A definição do SS, atrás vista, propõe uma metodologia de “*empowerment*”, um profissionalismo de “empoderamento” social, que, entre outros aspectos, implicará que o Assistente Social promove uma interacção capacitante do utente, numa óptica de que o SS é um instrumento (de tutela-título) dos DH, em que co-participa o mesmo utente.

CONCLUSÃO GERAL

O percurso discursivo deste trabalho, sobre o SSA, suscita, agora, em seu termo, vários sentimentos e pensamentos, que se considerariam “conclusões naturais” do mesmo discurso. Entre eles ressalta uma preocupação, a ideia de que o SS não seria apenas trabalho técnico-profissional, mas também trabalho vocacional, ou seja, envolvendo por parte da subjectividade do agente, uma forte “paixão militante por uma causa”, dimensão motivacional, performista ou proficiente da dimensão profissional.

Ao pensar o itinerário do SS canadiano, Steven Hick (2005) condensa a “história do SS” universal em três fases ou “eras”, a “era Moral (do SS)”, a “era da Reforma Social (do SS)” e a “era da Ciência Social Aplicada (do SS)” (*ipsis verbis*, “the Era of Moral Reform / 1890, the Era of Social Reform / 1890-1940, the Era of Applied Social Science / 1940-hoje). Hick admite que um *Moral Social Work*, da primeira era, é simplesmente uma era com agentes muito voluntários, com motivações religiosas, fazedores de bem-estar filantrópico na comunidade; e que não pode tal era, em rigor, ser ainda considerado “work” / trabalho assalariado e de exercício condicionado a habilitações técnicas condignas. Por conseguinte, como a própria expressão indica, “work” (menos equívoco do que o termo “serviço (social)” em português – trabalho – só começa num quadro de exercício assalariado de um título técnico-profissional, aquando da “era Social (do SS)”, quando Estados-Welfare chamam a si a função social.

Ademais, Branco (cf. 2012, 2013) aponta para três condições satisfeitas, ao longo dos tempos, pelos factores de “emergência do SS”, para a positivação cabal do SS (profissionalizado), enquanto Social Work no mundo, a saber:

1. A assunção pelo Estado da “causa social” ou questões sociais, enquanto suas funções;
2. A autonomia académica, técnica, habilitante para o SS; e
3. A indexação do título técnico-profissional de SS a determinada(s) áreas ou poder(es) laborais e produtivos, com assalariação.

- Disto, a preocupação pela “dimensão motivacional no SS” pôr-se-ia desta forma:

A passagem do SS de uma fase ou era pré-profissional, ou simplesmente de “emergência do SS”, a dita “era Moral” para as fases ou eras profissionais, subsequentes – Welfarista e Cientista – pode ter representado, e com consequências ainda hoje activas, transições, alternâncias ou mesmo rupturas da dimensão motivacional no SS: se se considerar que a fase de emergência do SS, pré-profissional, é de “(militância por) Solidariedade para o Social”, e as duas fases do SS, técnico-profissionais, os da “(militância por) Profissionalidade para o Social”, então percebe-se que a dimensão motivacional caritativa, religiosa, impulsionando o “activismo social Solidário”, pode ter sido relativizada ou preterida por um activismo social Humanista. Uma transição ou alternância motivacional suportando, então, a “Profissionalidade para o Social” ancora-se numa militância pelos Direitos Humanos.

Mesmo na profissionalidade social pode averiguar-se da qualidade de empenhamento profissional, segundo o profissional seja impulsionado ou não por uma determinada dimensão motivacional.

Este trabalho atentou, absolutamente, para a objectividade formativa e profissional no SS(A), pelo que serve esta conclusão, alusiva à dimensão motivacional no SS, para levantar uma apreensão tida, entre outros, desde a análise dos currículos formativos analisados, em que, não transparecendo neles nenhuma entrada dos Direitos Humanos, deixa a preocupação de que se atente pouco para uma função “motivacional”, porventura importante para uma performance profissional.

Por conseguinte, a preocupação pela “dimensão motivacional no SS” passa ainda por uma indagação hipotética como esta:

- Poderá ou não ser, objectivamente, registável uma diferença considerável de performance ou empenho entre um Assistente Social trabalhando numa instituição particular de solidariedade social (IPSS) e um Assistente Social trabalhando numa instituição pública de assistência social (com funções similares)? Se sim ou talvez, tal discrepância de empenhamento não se poderia explicar sobretudo por uma presença vs. Ausência de “condições de activação de motivação/militância por causas” entre um

“quadro mais livre e militante particular” e um “quadro menos livre e militante público” de enquadramento laboral do profissional?

Na verdade, considerando que todas as sociedades aspiram a um bem-estar mais satisfatório, e sendo o SS um dos instrumentos para o alcance deste ideal, o fortalecimento motivacional dos seus profissionais pode proporcionar mais qualidade de empenhamento. Apesar de estar a registar uma fase de refundação, o SSA deve ancorar-se à universalidade do SS, não podendo ficar fora do ambiente Global, super-institucional e metodológico do SS, consignado em instância como a IFSW, a IASSW, a EASSW e os Direitos Humanos.

BIBLIOGRAFIA

ALBARELLO, Luc, et al. (Editora Gradiva 1997), Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais.

AMARO, Maria Inês, (s/d), A Avaliação como Prática Profissional: Bases Teóricas, Conceitos e Procedimentos.

ANDER-EGG, Ezequiel, IDAÑEZ, Maria José Aguilar, (CPITHS – Projecto Atlántida, 1998), Como Elaborar um Projecto.

ANDER – EGG, Ezequiel, IDAÑEZ, Maria José Aguilar, (Ed. I.C.S.A., 1999), Diagnóstico Social Conceptos y Metodología.

ANDRÉ, G L. (APSS, 2002), “*Direitos Humanos: Princípios Básicos para a Ética do Serviço Social?*” in HENRIQUEZ & FARINHA, (Orgs.), Serviço Social: Unidade na Diversidade Encontro com a Identidade Profissional.

BANKS, S. (Paidós, 1995), Ética y Valores en el Trabajo Social.

BARROCO, M. L. (APSS, 2002), “*Ética, Direitos Humanos e Serviço Social*”, in HENRIQUEZ, e, FARINHA, (Orgs.), Serviço Social: Unidade na Diversidade Encontro com a Identidade Profissional.

BENTO, Filipe João Pinto, (2012), Produção de Conhecimento em Serviço Social na Universidade Fernando Pessoa. Um Exercício de Reflexão.

BENTO, Vítor, (FFMS, 2011), Economia, Moral e Política.

BRANCO, Francisco, e, FERNANDES, Ernesto, (Lisboa, 2005), O Serviço Social em Portugal: Trajectória e Encruzilhada.

BRANCO, Francisco, (2009), A Profissão de Assistente Social em Portugal, in Locus Social. Nº 3.

BRANCO, F., e AMARO, I., (2011), As Práticas do “Serviço Social Activo” no Âmbito das Novas Tendências da Política Social: Uma Perspectiva Portuguesa, in Serviço Social, São Paulo, Nº 108.

BRANCO, F., e PORTAS, M., (Revisores) (1999) ONU: Direitos Humanos e Serviço Social. Manual para Escolas e Profissionais de Serviço Social.

BRANCO, F., (2001), A Face Lunar dos Direitos Sociais: Virtualidades e Limites do RMG como Direito de Cidadania em Portugal (Tese de Doutoramento em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica / S. Paulo.

BRANCO, F., (2004) Políticas Sociais e Direitos Humanos, in Sem-Abrigo e Imigração: Olhares sobre a Realidade em Portugal, Cais.

BRANCO, F., (1999) “A Acção Social Hoje e as Perspectivas Futuras no Contexto Nacional e Europeu”, in Direcção Geral da Acção Social: A Acção Social em Debate, Lisboa.

BRANCO, F., (2009), Assistentes Sociais e Profissões Sociais em Portugal: Notas de um Itinerário de Investigação, in Locus Social, Nº 2.

BRANCO, F., (2008), Acção Social, Individuação e Cidadania: a Construção do Acompanhamento Social no Contexto do Estado Social Activo, in Cidades, Comunidades e Territórios, Nº 17.

BRANCO, F., (1993), Crise do Estado Providência, Universalismo e Cidadania, in Serviço Social e Sociedade, Nº 40, São Paulo.

BRANCO, F., (2009). “*«The Sun and the Clouds»: Meaning, Potential and Limits of the Primary Solidarity in Portugal in the Context of Southern European Welfare Systems*”, in The Future of the Welfare State: Paths of Social Policy Innovation between Constraints and Opportunities - ESPANET / Urbino - Italy.

BRANCO, F., (2012), “*A Visitadora como Paradigmática da Profissionalidade Emergente na Área Social. Contributos para Estudo do Itinerário das Profissões Sociais em Portugal na 1ª e 2ª República*”, in Actas do Colóquio 100 Anos da República Portuguesa, Sociedade, Cultura e Conflito (2010).

BRANCO, F., (1997), “*La Nouvelle Centralité des Droits Sociaux et les Défis posés à la Formation et à l' Intervention en Service Social*”, in The European Seminar of the Schools of Social Work — Social Work Education Advancing Human Rights / Lisboa.

BRANCO, F., (2012: comunicação, inédita), Serviço Social em Portugal: Emergência e Institucionalização.

BRANCO, F., (2014: comunicação, inédita), O Serviço Social em Portugal nos Períodos de Crise Revolucionária e Normalização Democrática: Contributos para o seu Estudo.

BRUTO da COSTA, A. (Colecção Fundação Mário Soares, 1998), Exclusões Sociais.

CARMO, Renato Miguel do, (Coord), (Edições 70, 2011), Desigualdades em Portugal. Problemas e Propostas.

CARVALHO, M. Irene, e, PINTO, Carla, (Coord.), (Factor, 2014), Serviço Social. Teorias Práticas.

CASTEL, Robert (1990), Extreme Cases of Marginalisation, from Vulnerability to Desaffiliation.

CLAVEL, Gilbert (2004), A Sociedade da Exclusão – Compreendê-la para dela sair.

COSTA, AB (Lisboa, 1998), Exclusões Sociais.

III Congresso Internacional de Serviço Social Serviço Social em Tempo de Incerteza
13, 14 Março 2014 / Universidade Lusíada de Lisboa

Conselho Federal de Serviço Social, (2011), A Definição de Trabalho Social da FITS: Por que Revisar?, in Serviço Social, São Paulo.

DOMINELLI, Lena (2005), The Challenges of Globalisation and Harmonisation for European Social Work Education” in Campus Social: Revista Lusófona de Ciências Sociais.

DUMBO, Maria Luzia, (Ecopy, 2012), A Delinquência Juvenil em Luanda.

ESPÍRITO SANTO, Felisbela Augusta do, (Inédito, Dissertação de Mestrado pela Universidade Lusíada / Lisboa, 2009), A Institucionalização do Serviço Social em Angola: Contributo do Instituto Pio XII para a sua História.

EU: 2012, Financing Social Impact. Funding social innovation in Europe – mapping the way forward

EU: (2012), Naples: International Social Innovation Competition

EU: (2012), Social Innovation Incubation

EU: (2012) Strengthening Social Innovation in Europe. Journey to Effective Assesment and Metrics

EU: (2011), Systemic Innovation

EU: 2013, Guide to Social Innovation

FALEIROS, Vicente, Serviço Social: Trajectórias e Estratégias, in Revista Interação Social, nº 9, 1994.

FRAZÃO, Serra, Indígenas e Gentílicos, in Portugal em África, Segunda Série, Ano IV, Nº 22, Julho – 1947 – Agosto, pp. 201-202.

FALEIROS, Vicente Paula (2001). “*Desafios ao Serviço Social na Era da Globalização*” in MOURO, Helena Mouro, e, SIMÕES, Dulce, (Coord). 100 Anos de Serviço Social, Coimbra: Quarteto.

FERREIRA, Aida (2005), A Acção do Serviço Social em Contexto de Globalização: limites e (ou) Desafios in Campus Social: Revista Lusófona de Ciências Sociais.

F.I.A.S., e, A.I.E.S.S., (2004), Ética no Serviço Social: Declaração de Princípios.

F.I.A.S., e, A.I.E.S.S., (2013), O Serviço Social na Europa e o contributo da Federação Internacional dos Assistentes Sociais (FIAS/IFSW). Seminário Internacional. O papel dos cidadãos na construção de uma sociedade mais inclusiva / EAPN – Beja

GONÇALVES, António Custódio, (Editorial Estampa, 2005), A História Revisitada do Kongo e de Angola.

GUERRA, Isabel Carvalho (Cet, ISCTE 1994), Metodologia de Projecto.

HICK, S., (2005) An Introduction to the Social Work in Canada

HOWALDT, J., e, Michael SCHWARZ, M., (2010), Social Innovation: Concepts, Research Fields and International Trends.

IAMAMOTO, Marida Villela (2005). As Dimensões Ético-Políticas e Teórico-Metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. Trajectória e Desafios in Boletim Electrónico Surá # 107, Junho

LEMOS, Manuel de, et al. (Ed. Fundação Oriente, Lisboa, 2005) As Misericórdias Portuguesas na Assistência aos Idosos.

LUZ, Madel Terezinha, “*O Interacionismo Simbólico: Breve Exposição de uma Corrente Acionalista em Ciências Sociais*”, in CARVALO, Maria do Carmo, e, outros, (Cortez Editora, 1993) Teorias da Acção em Debate.

MARTINEZ, Maria José (2000), Para el Trabajo Social. Aportaciones Teóricas y Prácticas.

MATTOSO, José, A Escrita da História, Editorial Estampa, 1997

MIRADA, Antoni, VALLS-LLOBERT, (Ed. Circulo de Leitores, 1996), Carme – Dar Vida aos Anos, Como Viver Bem a Maturidade.

MARROU, Henri-Irénée, De la Connaissance Historique, Éditions du Seuil, 1954, traduzido Do Conhecimento Histórico por Henrique BARRILARO RUAS, Reis dos Livros, Lisboa.

MUANDA, Vicente, (Stampa, 2009), A Importância da Missão Católica do Maiombe para a Expansão da Administração Colonial em Cabinda: o Maiombe (1922 – 1975).

NUNES, A. Sedas, (2001, Editorial Presença), Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais.

QUIVY, Raymond, e CHAMPENHOUDT, LucVan, (Ed. Gradiva, 1998), Manual de Investigação em Ciências Sociais.

Relatório 2014: ONU: Direitos Humanos / Desenvolvimento Humano.

Revista Mwangolè, Maio, 2011.

ROBERT, Michel, e CORDEIRO, René, (Difusão Cultural, 1997), Estratégia de Inovação de Produtos Pura e Simples: como o Processo Inovação Estratégica Ajuda a sua Empresa a Ultrapassar os Concorrentes.

SÁ, Tiago Moreira de, (2011, Dom Quixote), Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola.

SÁ, Isabel dos Guimarães (2002), “*As Misericórdias da Fundação à União Dinástica*”, in PAIVA, J., (Org.) Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Fazer a História das Misericórdias Volume 1, pp. 20 – 47; cf. também SÁ, I., e LOPES, M., (2008):

SACADURA-FALCÃO, F., (Editorial Império, 1963), Quo Vadis, África? Problemas Políticos Económicos e Sociais do Continente Negro.

SEGURANÇA, SOCIAL, (2ª Edição, 1999), Guia do Beneficiário.

SOUSA, António Rebelo de, (Universidade Lusíada de Lisboa, 2004), Da Teoria da Relatividade Económica Aplicada à Economia Internacional e às Políticas de Cooperação.

SCHUMPETER, Joseph, A., (Celta Editora 1996), Ensaio. Empresários, Inovação, Ciclos de Negócios e Evolução do Capitalismo.

Várias fontes legislativas e revistas: Boletim Geral das Colónias. / Portugal em África. Revista de Cultura Missionária. / Boletim Geral do Ultramar. / Permanência.

VILAR, A., (Organizador), (Tipografia Nunes, Lda., 2009), Guia de Negócios em Angola.

WEBER, Max, (Edições 70, 2009), Conceitos Sociológicos Fundamentais.

WHEELER, Douglas, e, PÉLISSIER, René, (Ed. Tinta-da-China, 2011), História de Angola.

ANEXO



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS

SERVIÇO SOCIAL EM ANGOLA: Itinerário Histórico e Caminhos de Inovação Social

Felicidade Buzi / Estudante nº 133 212 006

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Serviço Social

Orientador: Prof. Dr. Francisco Branco

ALGUNS DADOS REMETENTES AO ITINERÁRIO HISTÓRICO DO SSA

Este levantamento não é exaustivo nem representativo do que de, genericamente “social”, e do que de especificamente “serviço social (profissionalizado)” se fez e se vai fazendo em Angola. Amiúde, pode ser um levantamento significativo para apreensão e interpretação do contexto e dos acontecimentos afins à institucionalização e promoção

bondosa deste tipo de formação-profissão em Angola, desde a fase colonial (C) à fase pós-colonial (P).

Os itens aqui seriados vão desde 1498 a 2014 e são referidos como “Dados Sociais” (Dado S), localizados em período colonial (Dado S/C) ou em período pós-colonial (Dado S/P) de Angola. Estes Dados seguem numerados progressiva e ininterruptamente, mas por entre eles discriminam-se os “Dados (de formação-profissão) do Serviço Social em Angola” (Dados SSA), principal alvo do trabalho, e cujos elementos de aprofundamento (para descrição e análise) são expostos na Primeira Parte do trabalho. Destacam-se, assim, nomeadamente, como Dados SSA:

- (i) O DADO SSA/C 27 (referente ao Instituto Pio XII);
- (ii) O DADO SSA/P 46 (referente à Secretaria de Estado dos Assuntos Sociais);
- (iii) O DADO SSA/P 53 (referente ao Decreto Presidencial nº 41/2002, de 9 de Agosto);
- (iv) O DADO SSA/P 55 (referente ao Instituto Superior João Paulo II);
- (v) O DADO SSA/P 58 (referente ao Instituto Superior do Serviço Social); e
- (vi) O DADO SSA/P 59 (referente ao Centro de Formação dos Quadros Sociais).

Saliente-se as narrativas ou documentações constituindo este levantamento) não são retomadas, por isso, não são redundantes, relativamente às descrições elaboradas ao longo do texto, propriamente dito.

ANO DE 1498

[DADO S/C Nº 1:

A caridade (social), das Misericórdias, está em portugueses, desde o início da colonização (século XV)]

“O ano da fundação da Misericórdia de Lisboa, em 1498” (...) dá-se sob o (...) “reinado de D. Manuel I (...), mas é entre 1557 e 1580, nas chancelarias de D. Sebastião e D. Henrique, que se dá a explosão das misericórdias em pequenas localidades: nada mais do que 55, que nunca tinham aparecido antes, surgem pela primeira vez referidas. (...) Os textos deixam entrever o carácter do trabalho dos irmãos: no terreno, e ainda sem a presença de instituições de assistência que se verificará posteriormente, o serviço voluntário incluía de forma omnipresente a visita domiciliária. Estava-se ainda longe da institucionalização dos pobres de que fala Stuart Woolf, distinguindo entre a caridade praticada no interior e exterior de instituições (...). Também não se imaginam as misericórdias nestes primeiros anos a praticar uma caridade burocrática, que passava pela escrita de petições ao provedor e mesários, como acontecerá nos dois séculos seguintes. Para já, os irmãos iam ao encontro dos que precisavam, quer os pobres se encontrassem nas prisões ou em suas casas. Não admira, portanto, que existisse uma projecção forte entre a Visitação de Nossa Senhora a Santa Isabel e as “visitações” (designação que possuem nos próprios textos) efectuadas por irmãos. A caridade representava antes de mais o uso constante dos espaços públicos: andar nas ruas para aceder às casas ou prisões, para acompanhar enterros, para integrar cortejos processionais. Mas não pode dizer-se que pertencia apenas à esfera pública, uma vez que a visita domiciliária, por vezes sigilosa, a relegava para o espaço privado e conduzia a relações de proximidade entre doadores e receptores. Estamos ainda longe da caridade-espectáculo, predominantemente barroca, que enfatizava relações de tipo burocrático entre ambos, embora encenasse actos de magnanimidade pública destinados a sublinhar a generosidade de pessoas e instituições. O exercício da caridade limitava os irmãos aos espaços urbanos. Conhece-se, por exemplo, a natural relutância das localidades em proceder a enterramentos que os afastassem das cidades ou vilas e seus arrabaldes imediatos. No entanto, para os mamposteiros, percorrer estradas e caminhos era inerente à sua actividade de recolha de esmolas. As áreas de peditório (sempre delimitadas para evitar conflitos) foram maiores numa fase inicial e nalguns casos estendiam-se aos territórios do bispado (...), prerrogativa que deve ter sido de pouco agrado dos prelados. Um texto, relativo à Misericórdia de Amarante, refere que o pedidor novamente ordenado podia pedir esmola na vila e nos lugares comarcãos em que não houvesse esta confraria (...). Os lugares de mamposteiro da misericórdia eram muito cobiçados, pelas vantagens que proporcionavam. Uma delas era a isenção de encargos concelhios, e, para evitar

atropelos, os pedidores eram registados nos livros das câmaras. Irmãos e mamposteiros raras vezes foram compensados directamente em benefícios materiais. (...) Os homens que serviam as misericórdias não colhiam benefícios (...). As contrapartidas dos irmãos deveriam ser espirituais e consistiam, sobretudo, em aguardar a benevolência da justiça divina no dia do Juízo. (...) Impõe-se referir que o consumo terapêutico de carne era amplamente utilizado nos hospitais da época, e com maior razão se aplicaria a camadas da população eventualmente subnutridas, como o seriam os pobres assistidos pelas misericórdias. A logística do exercício das obras de Misericórdia, mesmo antes da anexação dos hospitais locais, tornava a carne um género de primeira necessidade para estas confrarias (...). Não é certamente desprezível o facto de se ter assegurado que as misericórdias garantissem à partida o acesso aos açougues em condições preferenciais. Entrar nas cadeias, limpá-las, dar de comer e tratar na doença os presos pobres, zelar para que fossem rapidamente processados e condenados e assegurar a execução rápida do transporte para o degredo foram obrigações das misericórdias desde o início da sua fundação. As primeiras disposições dizem respeito a Lisboa e são datadas de 1499, mas encontramos-las também em Santarém, em Março do ano seguinte, algumas delas específicas. Entre estas últimas, a que isentava o porteiro que se ocupava dos presos da Misericórdia de ultrapassar o limite de três léguas em redor da vila em ocupações de justiça, ou a que obrigava os presos a sair da cadeia três dias depois de pronunciada a sentença (...).” (SÁ, I., 2002: cf. 20 – 47; cf. também SÁ, I., e LOPES, M., 2008).

ANO DE 1916

[DADO S/C Nº 2:

Legislação para previdência social]

A Lei n.º 494, de 16 de março de 1916 criou o “Ministério do Trabalho e Previdência Social”, com competências jus-públicas directas em assuntos do trabalho, da previdência social e subsistência, e das comunicações.

ANO DE 1921

[DADO S/C Nº 3:

Legislação para Abono Familiar em Angola]

O Decreto de 10 de Novembro de 1921 instituiu o abono familiar ou subsídio familiar em Angola, calculado sobre o vencimento de categoria do funcionário. Determina o decreto que um funcionário público que tivesse uma pessoa de família com direito ao subsídio receberia o correspondente a metade do vencimento, quem tivesse duas pessoas a cargo, auferiria de subsídio de família 60% do seu vencimento de categoria, e quem tivesse três ou mais pessoas a sustentar, com direito ao abono, receberia de subsídio quantia equivalente a três quartos do ordenado.

ANO DE 1923

[DADO S/C Nº 4:

Legislação para equiparação de apoios sociais a estudantes angolanos]

O Decreto de 29 de Agosto de 1923 autorizou o Governo de Angola a subsidiar alunos de engenharia e estudantes dos cursos de condutores, seguidos nas respectivas escolas, em Portugal, para o que o decreto impunha que o beneficiário desta regalia devesse, concluída a formação, trabalhar na colónia de Angola, por um período nunca inferior a quatro anos.

ANO DE 1927

[DADO S/C Nº 5:

Legislação para bolsas de estudo e “caixa escolar” a estudantes angolanos]

O diploma legislativo de 16 de Abril de 1927 aprovou e mandou pôr em execução a reorganização do Ensino Primário na Província de Angola e ainda criou o quadro de outorga de bolsas de estudos, baseado no empenhamento e qualidade intelectual e de aproveitamento dos formandos, para muitos níveis de escolaridade. O mesmo diploma legislativo criou em todos os estabelecimentos de ensino primário da província a “Caixa Escolar” (ou estrutura congénere), um *modus operandi* administrativo e também logístico destinado a auxiliar os alunos pobres. O mesmo diploma legislativo

determinou capacitação e obrigatoriedade de criação de bibliotecas e museus, com regulamentação própria, adaptada ao meio social (escolar e comunitário) em que funcionassem. Além destes serviços, impostos por texto legal, poderia haver outros, promotores da acção educativa e da assistência, como cantinas escolares, colónias de férias marítimas e campestres, escolas ao ar livre, escolas escutistas, cursos dominicais, cátedras ambulantes, associações de antigos alunos ou de mecenato, aos quais as autoridades prestariam protecção, favorecendo a sua criação e manutenção.

ANO DE 1929

[DADO S/C Nº 6:

Legislação impondo “Estatuto do Indigenato”]

O Decreto nº 16.473, de 6/2/1929 criou o “*Estatuto do Indigenato: (...), estatuto político, civil e criminal dos indígenas (...), extensivo aos indígenas das colónias da Guiné, Angola e Moçambique (...)*”, dispondo, entre outros, que “*são considerados indígenas os indivíduos de raça negra ou dela descendentes que, pela sua ilustração e costumes, se não distingam do comum daquela raça; e não indígenas os indivíduos de qualquer raça que não estejam nestas condições (...).*”

[DADO S/C Nº 7:

Legislação de reforço para colónias de férias infantis]

O diploma legislativo de 25 Novembro de 1929, do Governo-Geral reforçou o direito estudantil ao gozo de colónia de férias, especificando que impunha prestar-se melhor assistência às crianças das escolas, proporcionando-lhes os benefícios da mudança de ambiente, durante as férias, e que se organizavam em Angola as “*Colónias de Férias Marítimas*”, localizadas nas cidades de Luanda, Lobito, Benguela, Moçâmedes e Porto Alexandre. O diploma apelava ainda, para além dos organismos governamentais, os próprios particulares, individualidades, colectividades, firmas e empresas ou organizações de qualquer tipo, a dedicarem a sua atenção aos problemas da assistência infantil.

ANO DE 1930

[DADO S/C Nº 8:

Legislação de reforço para Cantinas Escolares]

Em 17 de Julho de 1930, foi aprovado o “*Regulamento das Cantinas Escolares das Escolas Primárias da Colónia de Angola*”.

ANO DE 1935

[DADO S/C Nº 9:

Legislação de reforço para as Bolsas de Estudo]

Em 2 de Fevereiro de 1935, foi aprovado o “*Regulamento das Bolsas de Estudo*”, mantendo o incentivo e a promoção dos estudantes mais talentosos e com bom aproveitamento, pelo que a condição habilitante às bolsas estava estipulado na obtenção de uma média liceal anual igual mínima de catorze valores.

[DADO S/C Nº 10:

Legislação de reforço da paridade e de apoios sociais para crianças]

O Diploma Legal de 23 de Novembro de 1935 estipulou as bases (paritárias) e a aprovação dos “Estatutos da «*Instituição de Assistência às Crianças Indígenas*», instituição sucessora e integradora de faculdades e bens de antigas estruturas públicas de assistência a crianças pré-escolares, nomeadamente, a “*Liga de Protecção à Infância de Angola*”, o “*Lactário da Maternidade de Benguela*”, e a associação “*Gota de Leite*”, de Luanda.

[DADO S/C Nº 11:

Conteúdos de welfare no discurso e ideologia corporativa do Estado Novo]

“*Portugal e a Assistência Indígena (...): Tem-se dito frequentemente, e não é ocioso repetí-lo, que o indígena é um elemento indispensável na obra do fomento e valorização das nossas colónias, e que impossível seria conseguir-se esse objectivo sem a sua cooperação, merecendo, portanto, do Estado toda a protecção e assistência tendente a*

transformar gradualmente os seus usos e costumes, ministrando-lhe uma assídua instrução e educação.

O Estado tem procurado cumprir esta missão, o melhor possível, como se pode ver, para não citarmos outros textos legais e mencionando só os mais recentes, o Decreto 12.533 de 23-10-923, que criou o Estatuto Político e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique; Dec. 16.199, de 6-12-928, que aprova o Cod. Do Trabalho do Indígena, e mais modernamente, pelos Decretos-Leis nº 23.228 e 23.229, de 15-11-933, que respectivamente estabeleceram a Carta orgânica e a R.A.U. (...) O melhoramento das populações indígenas, na louvável aspiração de caminharmos na vanguarda das mais generosas nações colonizadoras que mais sólidas garantias de liberdade e protecção têm concedido aos nativos das colónias, revela-o toda a história de Portugal (...).”
(Boletim Geral das Colónias / Ano XI / Nº125 /Novembro 1935, pp. 161-163).

ANO DE 1938

[DADO S/C Nº 12:

Legislação de Reforço no direito a Colónias de Férias]

A portaria de 15 de Janeiro de 1938 veio a decretar, inisistentemente, sobre o direito social geral aos escolarizados às “colónias de férias”, precisando que, nesse ano, elas estavam, logisticamente preparadas, no caso, para “colónias de férias marítimas”, e convocavam-se, através das suas administrações escolares, nomeadamente, os alunos infantis, das escolas primárias, de Luanda, Lobito e Moçâmedes, para o que as inscrições confirmativas estariam abertas durante os meses de Janeiro, Fevereiro e Março, encerrando no dia 30 deste ultimo mês, e se ofereciam a cada aluno o equipamento recreativo e fatos de banho necessários, mas também, se atribuíam, para tal, as verbas 9 contos para Luanda, 4,5 contos para Lobito e esta igual quantia para Moçâmedes, o que perfazia a soma de dezoito mil angolares, almofada financeira, na altura, simplesmente sorridente.

ANO DE 1939

[DADO S/C Nº 13:

Legislação aditivando Bolsas de Estudo]

A Portaria Ministerial de 28 de Agosto de 1939 fundou, para acorrer a casos mal ou não contemplados em bolsas anteriores, um tipo de bolsa específico, contemplando casos de alunos ainda muito severamente “carenciados”, com, primeira incidência no Liceu Salvador Correia, de Luanda. Assim, com este instrumento jus-público entrou em vigor uma nova figuras de bolsas e de bolseiros liceais, de “oitocentos escudos mensais”, oferecida aos “*alunos melhor classificados, filhos legítimos de pais pobres, que lhes permitissem prosseguir estudos superiores nas universidades de Lisboa, Porto ou Coimbra (...) com custas do bilhete de passagem, de Luanda para Lisboa contempladas*”, e desde que prosseguissem em carreiras formativas de “*Engenharia, Medicina, Veterinária ou Agronomia*”.

[DADO S/C Nº 14:

Legalização da formação académica em SS na Metrópole]

O Decreto-Lei nº. 30135, de 14 de Dezembro de 1939 legaliza ou oficializa, finalmente, os já administrados Cursos em Serviço Social, em Coimbra e em Lisboa (cf. também BRANCO, 2009)

ANO DE 1940

[DADO S/C Nº 15:

Legislação de reforço densificador das Bolsas de Estudo]

Em 6 de Março de 1940, foi aprovado o “*Regulamento da Concessão das Bolsas de Estudo*”, especificadas na Portaria Ministerial de 28 de Agosto de 1939, para execução inicial e imediata para finalistas liceais dos liceus de Luanda e Sá da Bandeira.

ANO DE 1944

[DADO S/C Nº 16:

Decisões jus-públicas para aprofundamento das políticas sociais]

“Em 19 de Julho de 1944, foi criado em Angola, com sede em Luanda, o «Instituto de Acção Social de Angola (I. A. S. A.)» (...). Este organismo desempenhou importante papel, tanto sob o “aspecto benemerente como cultural”, tendo sido apresentado desde o início “como instituição de utilidade pública, com fins de assistência e beneficência, gozando de personalidade jurídica para todos os efeitos legais. Entre os seus objectivos expressos contava-se o que era mencionado nestes termos: “subsidiar a educação de menores necessitados e promover o seu internamento em estabelecimentos adequados, de preferência mantidos pelo Instituto ou pelo Estado”. Este organismo veio a actuar em iniciativas e respostas concretas “em benefício das camadas e classes mais humildes, desvalidas e necessitadas (...). Chegou a abrir e a manter escolas com finalidades e objectivos variados, tendo em vista a promoção social, inclusive para o ensino das primeiras letras, para a alfabetização mais rudimentar, em bairros e localidades desprovidas de recursos, atendendo às populações mais humildes”. Veio a criar, “em Luanda e noutras cidades importantes, refeitórios onde os carentes dispunham de alimentação gratuitamente fornecida”. (SOARES, A., 1955: cf. pp. 4-19)

[DADO S/C Nº 17:

[Igreja Católica, protagonista de assistência social]

“Acção Católica e Cooperação Missionária”, por Monsenhor Alfredo Cavagna, Assistente Geral da Acção Católica Italiana. / discurso de 15 de Setembro de 1925 (...): A Acção Católica é (...) «a única grande escola de guerra, onde, todos os católicos militantes, vêem aprender a arte das batalhas sociais, por Cristo e pela Igreja (...). A Acção Católica eleva-se e desenvolve-se acima e fora de todo o partido político. Ela não quer nem fazer a política de um partido nem ser um partido político. O fim da Acção Missionária é particularmente recordado na nova invocação, inserida nas Ladainhas dos Santos (...)”. (Portugal em África. Revista de Cultura Missionária / Segunda Série / Ano I / Nº 4 / Julho- 1944 – Agosto, cf. pp. 193-209):

ANO DE 1949

[DADO S/C Nº 18:

[Igreja Católica, protagonista de assistência social]

“As missões religiosas e o seu papel nas colónias portuguesas: (...) O missionário é bem considerado pelo indígena quando constrói os edifícios da sua missão; quando dirige valiosas obras de assistência, mas nunca o tanto como quando actua como pai espiritual e ensina a conhecer a Deus (...).” (Boletim Geral das Colónias / N.ºs 286 / Ano XXV / Abril 1949, cf. pp. 137-138)

[DADO S/C N.º 19:

Preocupação social em discurso e ideologia jus-públicos]

“Semana das Colónias. Discurso proferido pelo Subsecretário de Estado das Colónias, Eng.º Ruy de Sá Carneiro, na Sociedade de Geografia de Lisboa: (...) As duas ordens de questões que hoje mais preocupam este País em matéria colonial: a que respeita ao estabelecimento no Ultramar de gente metropolitana e a que interessa à elevação social e moral das populações nativas (...).” (Boletim Geral das Colónias / N.º 288 / Junho 1949 / Ano XXV), p. 3).

[DADO S/C N.º 20:

Empresa privada, protagonista de acção social]

“«Bela Obra de Colonização de uma Empresa Capitalista»: Temos presente o relatório anual da Companhia de Diamantes de Angola, elaborado para ser presente à Assembleia Geral Ordinária de 30 de Junho de 1949. Dele vamos extrair alguns apontamentos, que procuraremos completar, com informações bebidas em outras fontes, no intuito de darmos aos nossos leitores uma pequena ideia do que tem sido a participação daquela Companhia na assistência religiosa e social ao indígena de Angola (...): Luta anti-tuberculosa: (...) Até há pouco era o exame radiológico pulmonar sistemático, conjugado com a reacção à tuberculina. Hoje, entrou já em aplicação, e em larga escala, a vacinação pelo B.C.G. que, após um ano de esforços, a Diamang conseguiu obter por intermédio do Congo Belga, onde revelou esplêndido êxito na aplicação ao pessoal da União Mineira do Alto Katanga (...). A elevação do nível de vida: para atingir este objectivo, criou a Companhia uma secção especial nos seus serviços – a SPAMOI (Secção de Propaganda e Assistência à Mão de Obra Indígena). Tem tido que desenvolver um esforço enorme, por ter de lutar, não só pelo desenvolvimento e criação da riqueza agrícola e pecuária, mas sobretudo contra a

desconfiança extrema dos indígenas por tudo quanto represente novidade nos seus hábitos de vida (...) (“Portugal em África. Revista de Cultura Missionária / Segunda Série / Ano VI / Nº 35 / Setembro- 1949 – Outubro, cf. pp. 257-280).

ANO DE 1950

[DADO S/C Nº 21:

A “Casa do império”, sugestão da Igreja Católica e apoio jus-público]

“*Os Estudantes do Império em Portugal*”, pelo Pe. António Brásio, S. Sp. (...): Pensa-se e vai-se projectando, como, então, já feito em Paris /França, em “apoio social para estudantes das colónias na metrópole”. Está em causa a criação de lares de acolhimento, por exemplo, uma “*Casa do Império*”. (Portugal em África. Revista de Cultura Missionária / Segunda Série / Ano VII / Nº 39 / Maio- 1950 – Junho, cf pp. 145-151)

ANO DE 1953

[DADO S/C Nº 22:

Saída de “A Nação Una”, de Norton de MATOS (1912-1915 Governador de Angola)]

“*Portugal entre duas Constituições: (...) O Modelo Português que nesta obra se procura desvendar (...) é o modelo do Portugal pós-imperial e pós-colonial iniciado em 1951 com a revisão da Constituição Política da República Portuguesa. (...) A revisão constitucional integracionista de 1951: (...) Antes de 1933, Portugal tinha duas leis constitucionais, a saber: i) a Constituição Política de 1933, só aplicada à Metrópole, e ii) o Acto Colonial, posto em vigor através do Decreto nº 18.570, de 8 de Julho de 1930, que era o estatuto fundamental da administração ultramarina, com disposições consideradas matéria constitucional, conforme os termos do artigo 132º da Constiruição (...). Com a revisão constitucional de 1951, cuja orientação era dominada a) pela preocupação de reforçar o princípio da «unidade política da Nação Portuguesa, através da integração dos preceitos do Acto Colonial no texto da Constituição, e b) pela reforma da terminologia restabelecendo a «antiga nomenclatura» (...) de «Ultramar Português». (...) Nestes termos, a inclusão do texto do Acto Colonial na Constituição Política, isto é, a unidade do tecto constitucional,*

representou, só por si, a consagração da unidade política da Nação. (...) «Se a Nação é una, una deve ser o seu diploma fundamental», disse Salazar.» (MARQUE, V., e BORGES, A., 2008: cf. pp. 33-37; cf. também SILVA, A., 2003).

[DADO S/C Nº 23:

Instituições jus-públicas nacionais e internacionais em protagonismo de políticas sociais

“Comissão de Peritos para a Política Social nos territórios nos Territórios Não Metropolitanos (...): Na sala da Biblioteca do S.N.I. realizou-se, a 7 de Dezembro, a sessão inaugural da III Reunião da Comissão de Peritos para a Política Social nos territórios não Metropolitanos. Presidiu o Sr. Ministro das Corporações, ladeado pelos Srs. Wilfred Jenks, subdirector da Organização Internacional do Trabalho, e Dr. José Manuel da Costa, Secretário Nacional da Informação. Aberta a sessão, usou em primeiro lugar da palavra o Sr. Dr. Soares, com desdouro dos costumes próprios (...).”
(Boletim Geral do Ultramar / Nºs 341-342 / Ano XXIX / Novembro-Dezembro 1953,
cf. pp. 19-26, 136)

ANO DE 1954

[DADO S/C Nº 24:

Expansão de políticas sociais infantis]

“Assistência a Criança Indígena (...): Nos últimos anos, o serviço de assistência à criança indígena tem tido grande desenvolvimento em Angola (...),” continuando a ser criados infraestruturas de apoio ao bem-estar das crianças, às quais agora se junta um *“Balneário Lactário (...), em Luanda (...).”*(Boletim Geral do Ultramar / Nºs 348-349 / Ano XXX / Junho-Julho 1954, cf. p. 187).

ANO DE 1957

[DADO S/C Nº 25:

Criação da Caritas Angola pela Igreja Católica]

Segundo o site www.caritasangola.org, a que acedemos em Outubro de 2014, “A Caritas de Angola é uma federação de entidades de acção caritativa e social da Igreja Católica em Angola (...) membro da Caritas Internationalis (...), que, desde 1957, (...) tem procurado ser uma resposta ampla e integrada às necessidades sociais das populações (...)”.

ANO DE 1961

[DADO S/C Nº 26:

Produção ensaística é também programática de políticas sociais]

O Dr. Amadeu Castilho Soares, então responsável pela Educação em Angola publica o livro, referencial de seu programa de acção educativa:

“SOARES, A., (1961 – Junta de Investigação do Ultramar), Política de Bem-Estar Rural em Angola.”

[DADO SSA/C Nº 27:

Legislação criadora do Instituto Pio XII]

O Diploma Legislativo nº 3.163, de 2/11/1961 criou em Luanda o “*Instituto de Educação e Serviço Social – Pio XII*” (Portugal em África, Vol. 20, 1963, cf. pp. 15-18; cf. ainda (Inéd. 2009) ESPÍRITO SANTO, F.)

“*O Serviço Social em Angola: Devido à falta de bibliografia e estudos feitos sobre o serviço Social em Angola, achámos oportuno entrevistar a Dr^a Adélia Cohen, assistente social, formada pelo Instituto Pio XII, de Angola, fundado na década de 60. A Dr^a Adélia cohen licenciou-se no Instituto Pio XII, de Angola, em 1969. Fez parte da refundação do curso de Serviço Social em Angola, enquanto membro de um grupo de trabalho que preparou as propostas curriculares durante o ano de 2004. (...). Em 1961 eclodiu a guerra em Angola (...). O tecido social alterou-se profundamente com a chegada massiva de militares que, a mando de Salazar, foram para Angola e em «força». (...). Para responder às críticas à governação portuguesa, nomeadamente na ONU, o governo português enceta as chamadas políticas psicossociais, que têm por finalidade «acalmar» os angolanos e enquadrá-los na ordem colonial. Impõe-se a*

preparação de técnicos que operacionalizassem as novas políticas sociais. É neste contexto que, segundo a Dr^a Adélia Cohen, se desloca para Angola um pequeno grupo de assistentes sociais que, sob o patrocínio do Ministério do Ultramar se juntam em Luanda à Comissão Provincial de Auxílio às Populações Deslocadas (CPAPD) que se havia formado (Diploma Ministerial nº25 de 15/5/61) e que trabalhava com organizações, nomeadamente a Caritas e a Cruz Vermelha, no apoio às famílias portuguesas deslocadas, vítimas da guerra. Este grupo formou inicialmente, em curso intensivo, trinta e dois agentes de trabalho social, a coberto do Diploma Legislativo nº 31/63 de 2 de Novembro de 1961. Este núcleo propõe a criação de uma instituição de ensino que, por Decreto do Ministério do Ultramar nº 44 159 de 18/01/62, se vem a chamar Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII, com o objectivo de formar assistentes sociais, educadores sociais e de infância, que deveriam trabalhar nas próprias comunidades. O Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII ministrava um ensino de cariz fortemente católico. (...) Segundo a Dr^a Adélia Cohen «a criação do Instituto Pio XII, tem pois na sua génese, influências políticas ideológicas e religiosas, inserindo-se no contexto da sociedade colonialista». Os técnicos formados pelo Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII foram sendo colocados nas instituições vocacionadas para o desenvolvimento das políticas sociais, tais como: Instituto de Assistência Social de Angola, Junta Provincial do Povoamento, Instituto do Café, projectos de Extensão Rural, Serviços Sociais Hospitalares e algumas empresas, como as cervejarias CUCA e NOCAL, Caminhos-de-Ferro, Companhia Mineira do Lobito, DIAMANG (...). Em 1974, após a Revolução de abril, começou a saída em massa de Angola dos chamdos «retornados». Ficaram apenas cinco assistentes sociais, assistindo-se a partir daí a um grande vazio das instituições. Importa referir que a Dr^a Adélia Cohen foi uma das cinco assistentes sociais que ficou em Luanda. Segundo ela, em 1976 o Instituto de Educação e Serviço Social foi extinto, transformado em escola de ensino secundário, sob a vaga alegação de que caberia ao Partido (MPLA) (...) a formação de quadros sociais. Em 2006, o Instituto Superior João Paulo II, nas mesmas instalações devolvidas à Igreja Católica, pôs termo a um hiato de trinta anos, retomando a formação de assistentes sociais (...)». (DUMBO, M., 2012: 124 – 128).

ANO DE 1963

[DADO S/C Nº 28:

Legislação orientada para a “justiça social”]

“*Lei Orgânica do Ultramar Português (...): Outra meta é a realização da justiça social compatível com as condições económicas e políticas; (...) Em cada província haverá uma Comissão Técnica de Planeamento e Integração Económica (...).*” (Boletim Geral Do Ultramar / N°s 456/457 - Ano XXXIX /Junho - Julho 1963, cf. pp. 45-95)

[DADO S/C N° 29:

Mais concretizações de políticas sociais]

“*Casa dos Rapazes em Sá da Bandeira (...): Sob proposta do provedor-geral do Instituto de Assistência Social da província, o diploma Legislativo n° 3382, do governador-geral, criou na cidade de Sá da Bandeira, um estabelecimento de educação e preparação profissional de rapazes órfãos e desprotegidos, de famílias inaptas ou economicamente débeis, que se designará «Casa dos Rapazes (...).*” (Boletim Geral do Ultramar / N°s 456/457 - Ano XXXIX /Junho - Julho 1963, cf. pp. 272-285).

[DADO S/C N° 30:

Igreja Católica protagonista de “auxílio social”

(P. 291) “*Verificou-se que as secções femininas da Sociedade Feminina de S. Vicente de Paulo distribuíram por toda a província cerca de 3 400 000\$00 em obras de assistência, prestando ainda largo auxílio social sob forma não monetária (...)*” (Boletim Geral do Ultramar / N°s 456/457 - Ano XXXIX /Junho - Julho 1963, p. 291).

[DADO S/C N° 31:

O conceito de “Política Social” já tem uso jus-público e da imprensa, e concretiza-se]

(P. 304) “*Política Social. Constituição dos Grémios e Casas de Lavoura (...): O Conselho do Governo (Diploma Legislativo n° 3386, de 6 de Junho de 1963) aprovou a constituição de Grémios e Casas da Lavoura, para promover o bem-estar das populações mais desfavorecidas (...).*” (Boletim Geral do Ultramar / N°s 456/457 - Ano XXXIX /Junho - Julho 1963, p. 304).

[DADO S/C Nº 32:

Determinação jus-pública em concretizações da sua política social]

“Seguindo a Política Social do Estado, orientada para maior bem-estar dos trabalhadores, foi criada mais uma cozinha-refeitório para apoio social a trabalhadores de Luanda, pela Portaria nº 12 731, de 4 de Maio (...). Seguem-se iniciativas a favor dos trabalhadores rurais no Lobito, em que se integra um Curso de Auxiliares de famílias de trabalhadores (...).”(Boletim Geral do Ultramar / Nºs 456/457 - Ano XXXIX /Junho - Julho 1963., cf. pp. 305-307).

ANO DE 1964

[DADO S/C Nº 33:

Legislação requalificadora da Educação Ultramarina]

O Decreto nº 45908, de 1964, aprova a *“Reforma do Ensino Primário Elementar nas Províncias Ultramarinas”*, introduzindo, entre outros aspectos técnicos de maior adaptação para todos, a dimensão de *“integração social”* e paridade entre cidadãos.

ANO DE 1965

[DADO S/C Nº 34:

Legislação concretizadora de políticas sociais abrange fomentos económicos]

“Política Económica Ultramarina (...): Foi criado o «Plano Intercalar de Fomento do Ultramar», mais um instrumento impulsionador da «política social de integração nacional» (...).” (Boletim Geral do Ultramar / Nºs 479 / Ano XLI / Maio -1965, p. 3).

[DADO S/C Nº 35:

Mais expansão concreta das políticas sociais]

“Política Social (...): Entrou recentemente em funcionamento, a título experimental, em Salazar, a primeira Casa do Povo de Angola. Trata-se de um ensaio, integrado no programa de acção do Instituto de Trabalho, Previdência e Acção Social que visa

colher elementos para a instituição generalizada daqueles organismos na Província, de acordo com as características económicas e sociais das populações (...). (Boletim Geral do Ultramar / N° 482 / Ano XLI / Agosto 1965; cf. pp. 204-207).

[DADO S/C N° 36:

Mais concretização das políticas sociais do Estado]

“Política Social. Angola: A Obra Social de Maxinde (Malanje) está a ganhar corpo através da construção de dois edifícios: a sede, que será o «segundo lar» dos sócios, com museu, biblioteca, sala de leitura, posto de socorros e outras acções; e o Lar Académico, destinado a uma centena de jovens. Prevê-se para breve a conclusão da obra, já que para o seu aceleração muito vieram a contribuir subsídios no montante total de 650 contos. A Obra Social de Maxinde constitui uma realização de grande alcance, tanto para a cidade como para o distrito (...). (Boletim Geral do Ultramar / N° 485 / Ano XLI / Novembro 1965; p. 291).

ANO DE 1966

[DADO S/C N° 37:

Comunidade de particulares, protagonista da acção social]

“Cooperativas / Angola (...): Na vila Infante de Sagres vai ser fundada uma cooperativa agro-pecuária, que constituirá um grande passo em frente para o desenvolvimento daquela região, cujas condições para tais empreendimentos são as melhores. Por outro lado, incutirá no espírito da população um maior interesse pela agricultura (...). A iniciativa da criação da cooperativa agro-pecuária teve o apoio do governador do distrito (...). (Boletim Geral do Ultramar / N°s 286 / Ano XLII / Março 1966, p. 157).

[DADO S/C N° 38:

Orientação habitacional das políticas sociais]

“Política Social (...): Assembleia Nacional – Em Lisboa, na Assembleia Nacional, decorreu um debate sobre o problema habitacional das classes economicamente débeis

do Ultramar, com numerosas intervenções de deputados das províncias ultramarinas (...)". (Boletim Geral do Ultramar / N°s 286 / Ano XLII / Março 1966, p. 158).

[DADO S/C N° 39:

Clara luta do welfare contra a fome, a todos os níveis]

“Angola / Refeitórios: Em Luanda foi inaugurado, em 20 de Março, um novo refeitório para trabalhadores na sede do Sindicato Nacional dos Motoristas e Ferroviários Metalúrgico, com a presença do governador-geral de Angola, que se congratulou com o melhoramento, tendo tido palavras de louvor para o Instituto de Trabalho e Acção Social, pelo papel activo que desenvolveu na construção do refeitório (...)".(Boletim Geral do Ultramar / N°s 286 / Ano XLII / Março 1966, pp. 158-159).

[DADO S/C N° 40:

Sensibilidade da política social para com a habitação]

“Angola / Casas Económicas: Vai começar a construir-se em Benguela um importante bairro, grande empreendimento no capítulo de construções para moradores de economia débil (...)".(Boletim Geral do Ultramar / N°s 286 / Ano XLII / Março 1966, p. 159).

[DADO S/C N° 41:

Continuação do vigor e impacte da “Política Social”]

“Política Social / Refeitórios (...): Em Luanda foi inaugurado, no dia 8 de Agosto, um novo refeitório do trabalhador, no edifício da Liga Nacional Africana. Ao acto presidiu o governador-geral da província estando presentes diversas altas individualidades ligadas ao sector social. O coronel Silvério Marques, usando da palavra, congratulou-se com a inauguração de mais um refeitório para o trabalhador, declarando, em determinada altura, que o Conselho Económico-Social deu por terminado um estudo tendente à elaboração de um diploma que concederá maiores possibilidades ao Fundo Social do Trabalhador de Angola, com o objectivo de se atingir melhor a finalidade que está intimamente ligada com a sua criação. O secretário provincial de Saúde, Trabalho e Previdência, em representação do governador-geral de angola, inaugurou no dia 23

de Setembro, no lobito, uma cozinha-refeitório, que orçou em cerca de 4 mil contos e está apetrechado para servir inicialmente 2500 refeições e depois 4500 (...). (Boletim Geral do Ultramar / N°s 494/495 - Ano XLII / Agosto – Setembro 1966, p. 364).

ANO DE 1967

[DADO S/C N° 42:

Instituições predicativas do SS referindo welfare em Angola]

“Cruz Vermelha (...): A Delegação da Cruz Vermelha de Angola tornou público o seu relatório referente às actividades do ano de 1966 (...)”. (Abril: Boletim Geral do Ultramar / Ano XLIII / N° 502 / Abril-1967, p. 160).

[DADO S/C N° 43:

Associação de particulares concorrendo para acção social]

“Política Social (...): Tem decorrido em Moçambique a Reunião Internacional Itinerante de Técnicos de Cooperativas e Desenvolvimento Comunitário, na qual participaram delegados da Metrópole, de Angola, de Moçambique, da África do Sul e da Rodésia. Os participantes, que incluíam delegados das dioceses de Moçambique, visitaram diversas regiões, em especial dos distritos de Manica e Sofala e de Lourenço Marques, a fim de se inteirarem totalmente dos problemas de âmbito da reunião (...)”. (Boletim Geral do Ultramar / Ano XLIII / N° 508 / Outubro 1967, p. 193).

ANO DE 1969

[DADO S/C N° 44:

Pinheiro da Silva, um governante ensaísta e programador da Educação “social”]

Foi o mais duradouro Secretário Provincial da Educação, mestiço cabindense, que muito escreveu e fez para a expansão “rural” da Educação em Angola, o que reflecte um dos seus artigos sobre a matéria:

[SILVA, José Pinheiro, (1969 – Diário de Angola / Separata), Toda a Educação Aponta para a Integração]. Veja-se ainda, em ano seguinte, (1970, A Educação e o Futuro de Angola / Serviço de Publicação da Moçidade Portuguesa.

ANO DE 1970

[DADO S/C Nº 45:

As “Casas do Gaiato”]

“A Casa do Gaiato, no Tojal: (...) no Tojal, pertinho de Loures. (...). Os meninos brancos, pretos, mestiços pararam de brincar e olharam-nos curioso, sem deixarem de sorrir. Quando lhes perguntámos pelo Padre Luís (Padre Luís Augusto Carretas Barata), debandaram à sua procura, correndo e pinchando, alvoraçados, em competição, como um alegre bando de pardais. (...) Padre luís recebeu-nos amavelmente (...) e logo se prontificou a mostrar mostrar-nos a Casa do Gaiato. Começámos logo aí, pela tipografia, que possui já excelente conjunto de máquinas (...) onde os rapazes executam trabalhos cuja receita reverte a favor da Casa. Depois, Padre Luís foi-nos mostrando a carpintaria, a serralharia, a marcenaria, onde os gaiatos aprendem profissões trabalhando para a comunidade. Quando entrámos na grande e bela quinta, que possui uma área de dez hectares, ficámos surpreendidos. Um grande tapete verde de várias tonalidades estendia-se em nossa frente. (...) A granja, além das oficinas, silos, vacaria, capoeiras, coelheiras, etc., possui maquinaria moderna para os trabalhos agrícolas. (...). De facto, para além de tudo, o que mais nos impressionou foi a comunhão humana, a simpatia humana que se respira nesta pequena comunidade constituída por rapazes vindos das mais variadas origens e coordenadas geográficas, de idades que vão dos três anos (como o «bebé», o mais pequenino) aos vinte. O Ultramar está presente nesta Casa do Gaiato com mais de quinze rapazes, embora existam já casas do Gaiato no Ultramar (Malanje, Benguela e Lourenço Marques (...). Padre Luís reuniu os ultramarinos para conversarmos, sobretudo, com Fernando, Aires, Teotónio, «Fresquinho», nossos conhecidos de S. Tomé, mas gostámos de conhecer os guineenses Mamadu (cozinheiro), o Abdulai (...) o pai destes rapazes foi morto combatendo bravamente contra os terroristas e por isso foi postumamente condecorado. Também conversámos com luís Filipe Tristão Jassi, único sobrevivente da sua tabanca massacrada e destruída pelos «libertadores» da Guiné. E

Pedro Monteiro, de Angola, cujos pais foram assassinados e foi encontrado perdido no mato pela nossa tropa, que o recolheu (...). (Revista “Permanência / Ano I / Nº 4/ Julho-Agosto de 1970, cf. pp. 30-31).

ANO DE 1975

[DADO SSA/P Nº 46:

Da Secretaria de Estado dos Assuntos Sociais]

A SEAS (Secretaria de Estado dos Assuntos Sociais) parece ser a estrutura central jus-pública responsável pelas “políticas sócias” do Estado Angolano (descolonizado), e em que se pode pensar como sendo órgão herdeiro das funções, bens e infra-estruturas deixados pelos contributos do período colonial, particularmente pela formação-profissão / SS em torno do Instituto Pio XII.

Sabe-se que, por exemplo, neste ano de 1975, a mesma SEAS realizou com as ONG’s britânicas “International Save the Children Alliance” e “Institute of Child Health” um curso intensivo, em Luanda, denominado “Curso de Cuidados com Crianças Vítimas da Guerra”.

ANO DE 1976

[DADO S/P Nº 47:

Lar Kuzola]

LAR KUZOLA é uma instituição particular de serviço social, funcionando no bairro da Madeira, em Luanda, desde 1976 com beneficiários privilegiados as crianças órfãs até aos 14 anos. A sua função primordial, de acolhimento e educação de crianças foi, praticamente, ultrapassada, orientando-se, hoje, para o apoio social multifuncional sobre utentes de grande diversidade etária, incluindo mesmo pessoas banidas de suas famílias, porque acusadas de prática de feiticismo ou porque portadores de HIV. Este centro social integra acção religiosa de algumas madres católicas e tem tido apoio do Ministério da Reinserção Social, contando, recentemente com cerca de 300 utentes. A ausência de especialistas, nomeadamente psicólogos e sociólogos, que deveriam fazer o acompanhamento adequado, é suprida por educadoras e professores.

ANO DE 1991

[DADO S/P Nº. 48:

“Adra-Angola”]

ADRA – ANGOLA: Em 1991, a ADRA estabeleceu um escritório em Angola. Desde então, a ADRA Angola tem procurado abordar a injustiça social, trabalhando para melhorar a qualidade de vida das pessoas em situação de pobreza e sofrimento. Em particular, a ADRA Angola iniciou projectos comunitários que têm como alvo a segurança alimentar, desenvolvimento económico, saúde primária, educação básica e emergências assistenciais. Sublinhe-se ainda que a ADRA assume-se como uma força pedagógica para um desenvolvimento rural sustentado, ou seja, também ambiental, actuando com campanhas e missões de sensibilização sobre os valores ecológicos e de assistência em instrumentos de trabalho junto de comunidades rurais carentes e afectadas pela guerra, para, uma vez passada a guerra, reconstruírem alguma perspectiva produtiva e bem-estar para as suas vidas e famílias com sustentabilidade ecológica.

ANO DE 1992

[DADO S/P Nº 49:

MINARS – Ministério de Assistência e Reinserção Social]

É provável que substituindo a todas as estruturas jus-públicas da índole, em 1992, tenha sido criado o actual “Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS)”, em cujo site (www.minars.gov.ao) se enuncia, assim, a sua “missão”:

“Para a prossecução dos objectivos que se propõe, o Ministério da Assistência e Reinserção Social tem como atribuições principais:

- Propor políticas e estratégias específicas no quadro da assistência e reinserção social das populações carentes e desprotegidas;*
- Assegurar assistência ao idoso, à infância e ao adolescente, à pessoa portadora de deficiência que não esteja abrangida pela segurança social;*
- Propor a implementação de estratégias de promoção e desenvolvimento comunitário;*
- Promover e dinamizar o desenvolvimento de acções que visem o surgimento de serviços de apoio e promoção do bem-estar das famílias carentes;*

- Promover programas de atendimento à pessoa portadora de deficiência, garantindo e acompanhando a sua reinserção social.
- Apoiar as diferentes acções multi-sectoriais no domínio da reabilitação integral da pessoa portadora de deficiência;
- Coordenar a execução da política de assistência e reassentamento das populações deslocadas e repatriadas;
- Dinamizar o repatriamento livre e consentido dos refugiados, proceder a sua recepção, recenseamento, controlo estático e apoio a sua reintegração socio-económica;
- Coordenar e gerir o sistema de apoio à criança em situação de risco;
- Promover programas de prevenção e combate à delinquência juvenil, bem como programas adequados à reeducação de menores;
- Assegurar as condições necessárias para a protecção, sobrevivência, desenvolvimento e educação integral das crianças em situação particularmente difícil;
- Propor a aprovação pelo Governo de disposições legais que favoreçam o desenvolvimento da assistência e da reinserção social, bem como zelar pelo seu cumprimento;
- Promover a cooperação com outros países e instituições congéneres, bem como organismos internacionais especializados;
- Promover e apoiar a constituição de associações de defesa aos grupos vulneráveis;
- Promover e coordenar a formação, superação e especialização dos quadros sociais em colaboração com os demais órgãos de administração do Estado e com o sector privado;
- Orientar e controlar a execução do plano nacional de acção contra as minas; - Propor e controlar políticas de integração social e formação profissional dos ex – militares;
- Coordenar e controlar a recepção das ajudas e doações de bens e valores provenientes das entidades estrangeiras e organizações internacionais, bem como a sua distribuição;
- Controlar e apoiar as actividades de entidades singulares e colectivas reconhecidas, que prossigam fins idênticos ao do Ministério;
- Representar a República de Angola junto dos organismos internacionais, assegurando os compromissos do sector no plano internacional;

- *Controlar e orientar metodologicamente a actividade da ajuda humanitária à população necessitada;*

- *Exercer as demais tarefas que lhe forem acometidas superiormente.*”

ANO DE 1993

[DADO S/P N° 50:

Centro Cacaja]

Centro Arnaldo Janssen / CACAJA – Instituição particular de Solidariedade ou Serviço Social, pertence aos padres Salesianos e funcionando em Luanda, desde 1993, para acolher crianças órfãs e desprotegidas. Recentemente foram contadas 130 crianças e jovens, acolhidas e educadas por esta instituição.

[DADO S/P N° 51:

Focoa]

FOCOA (*Friends of the Children of Angola*), instituição particular de serviço social, criada em 1998, com finalidade de fornecer bem-estar às crianças angolanas de acordo com a declaração das nações unidas dos direitos humanos e convenções das crianças.

ANO DE 1994

[DADO S/P N° 52:

Kimbo Ombembwa]

KIMBO OMBEMBWA é uma instituição particular de serviço ou solidariedade social criada em Angola em 1994, em parceria com o programa Alemão Peace Village, criado na Alemanha em 1967. Orientada para crianças desprotegidas, o projecto Peace Village tem beneficiado, desde o Vietname ao Afeganistão, crianças de mais de 10 países pelo mundo.

ANO DE 2002

[DADO SSA/P N° 53:

[Profissionalidade Social]

Sectores de Profissionais de Assistência Social em hospitais públicos e privados. São unidades de técnicos de SS, que passaram a ser implantadas nos hospitais de Angola, a partir do Decreto n° 41 de 9 de Agosto de 2002, existindo, hoje, por exemplo em hospitais como Hospital Josina Machel, Hospital Militar, hospital Pediátrico David Bernardino, em Luanda. Estes sectores sociais hospitalares contam com técnicos sociais para assistência e para educação social, e recebem estagiários do curso médio de educadores sociais e do curso superior de SS todos os anos.

ANO DE 2004

[DADO S/P N° 54:

Legislação para welfare]

A Lei n° 7/04, de 5 de Outubro, é porventura, na actualidade o maior prumo juspúblico em uso nacional e do MINARS, porque estabelece as “bases da Protecção Social”

ANO DE 2005

[DADO SSA/P N° 55:

Formação-Profissionalização Social / UCA]

Instituto Superior João Paulo II, dotado de um Curso formador de técnicos superiores de SS. Foi aberto em 2005, agora está anexo à Universidade Católica de Angola (UCA). A UCA desenvolve também acções sociais, com a sua “VUCAN” – “*Voluntariado da Universidade Católica de Angola*”.

ANO DE 2009

[DADO S/P, N° 56:

Reconhecimento jus-público da Caritas Angola]

Segundo o site www.caritasangola.org, a que acedemos em Outubro de 2014, “A Caritas de Angola é uma federação de entidades de acção caritativa e social da Igreja Católica em Angola. É um organismo da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST) e membro da Caritas Internationalis.

A Caritas de Angola procura ser uma força motora da caridade baseada na comunidade, promotora do desenvolvimento integral de cada homem. A Caritas de Angola desenvolve um trabalho de apoio e promoção social de grupos e comunidades em situação de precariedade e/ou exclusão social, procurando o seu bem-estar físico, material e espiritual, ajudando-os a ser construtores da sua própria história e do seu próprio desenvolvimento.

Desde 1957, a Cáritas de Angola tem procurado ser uma resposta ampla e integrada às necessidades e fragilidades do povo de Angola, acompanhando as mutações e transformações pelas quais o país tem passado, nomeadamente durante todo o período do conflito civil como única instituição com presença constante em todo o território nacional e a partir da qual muitas agências estrangeiras apoiavam o processo de ajuda de emergência.

*A Caritas Angola leva a cabo o seu trabalho prestando os seus serviços a todos aqueles que deles necessitem, sem qualquer tipo de discriminação de nacionalidade, raça, cor, género, crença religiosa ou opção política e tentando alcançar os seguintes **objectivos**:*

- *Promover e defender os direitos fundamentais inerentes ao desenvolvimento integrado da pessoa humana, nomeadamente o acesso à saúde, educação, emprego, cultura e desporto e exercício da cidadania;*
- *Promover a assistência social para os mais desfavorecidos, em especial os mais desprotegidos como as mulheres, crianças e os idosos;*
- *Promover e desenvolver acções de protecção do meio ambiente, de desenvolvimento integrado e sustentado;*
- *Assistência em situações de emergência;*
- *Promover acções de reconciliação nacional e educação para a paz.*

A Cáritas de Angola está autorizada a exercer a sua actividade em Angola, conforme a certidão de 12 de Fevereiro de 2009, emanada do Ministério da Justiça ao abrigo da Lei 14/91 – Lei das Associações.”

ANO DE 2010

[DADO SSA/P N° 57:

Legislação reforçando esclarecimentos na Profissionalidade social]

O Decreto Presidencial N.º 260/10, de 19 de Novembro (ou do “*Regime Jurídico Hospitalar*”) vem, como é referido no seu preâmbulo, «regular a estruturação, coordenação, organização e funcionamento dos hospitais centrais, dos hospitais gerais, dos hospitais municipais e dos estabelecimentos e serviços especiais do Serviço Nacional de Saúde, enquanto institutos públicos em conformidade com o artigo 1º do Decreto N. 41/02, de 9 de Agosto, de forma a melhorar a disciplina, rentabilizar e racionalizar os recursos humanos, os materiais e os recursos financeiros. Assim indica-se empregabilidade de Assistentes Sociais para os hospitais. (cf. Revista Mwangole, Maio 2011, p. 9).

[DADO SSA/P N° 58:

Formação Social – Instituto Superior de Serviço Social (ISSS)]

O “*Instituto Superior do Serviço Social*” (ISSS), inaugurado em Luanda desde 2008, abriu, em 2010, a formação de profissionais de serviço social, começando com dois topos de cursos, para “assistentes sociais” e para “educadores de infância”.

ANO DE 2012

[DADO SSA/P N° 59:

Profissionalização Social – MINARS]

Em 14 de Agosto de 2012, foi inaugurado, em Luanda, o “*Centro de Formação de Quadros Sociais*”, do MINARS, que vai administrar cursos habilitantes ao desempenho de quatro tipos de profissionalidade social, categorizados assim: “*Educador Pré-Escolar*”, “*Vigilante de Infância*”, “*Vigilante de 3ª Idade*”, e “*Activista Social*”.

Sobre estes cursos de formação de “quadros sociais”, o site do MINARS, em Março 2015, disponibilizava elementos como estes:

“Luanda - O Ministério da Assistência e Reinserção Social (Minars) vai continuar a desenvolver acções de formação sobretudo de quadros sociais, incluindo ainda nos meses que restam do presente ano, garantiu hoje, terça-feira, o titular da pasta, João Baptista Kussumua. O ministro prestou tal informação ao discursar na cerimónia de encerramento do segundo Curso de Formação de Vigilantes de Infância – ano lectivo 2014. No âmbito da Formação de Quadros Sociais de Base, o nosso Departamento Ministerial prevê, até ao final de 2014, ultrapassar aos 523 técnicos já formados. Desse total, 215 são os finalistas que aqui se encontram”, disse.

Quanto ao encerramento do segundo curso de Formação de Vigilantes de Infância – ano lectivo 2014, o ministro descreveu que o acto representa o fim de uma jornada intensa de formação e o início de uma nova etapa, que exigirá mais empenho e maior dedicação. Felicitou à Direcção do Centro de Formação de Quadros pela sua seriedade e coerência no cumprimento dos objectivos traçados, o corpo docente, pela colaboração na transmissão dos conhecimentos e aos formandos pelo desempenho e dedicação. O Ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua manifestou ainda a intenção do seu sector em continuar a desenvolver acções de formação nos domínios de educadores pré-escolares e vigilantes de infância e estendê-los a outras províncias, com vista a dotar o seu pelouro de quadros capazes de realizar estas actividades. A intenção foi manifestada durante a abertura dos cursos de Educadores Pré-Escolares e Vigilantes de Infância, que conta com 40 participantes. Para o governante a falta de técnicos com o perfil para atender crianças nas instituições de infância do país levou ao organismo que dirige a estabelecer contactos com os Ministérios da Educação e da Administração Pública, Emprego e Segurança Social no sentido de se reconhecer os referidos cursos.

A acção formativa enquadra-se no cumprimento dos compromissos assumidos no Fórum Nacional Sobre Cuidados e Desenvolvimento da Primeira Infância em Angola, no que se refere à "criação de um programa de formação inicial e contínua de educadores infantis. Visa habilitar os discentes de instrumentos para execução das políticas técnico-pedagógicas com vista ao desenvolvimento multifacético das crianças que frequentam creches, jardins e lares de infância no país. Durante dez meses, os discentes seleccionados de centros infantis do MINARS, privados e voluntários, vão receber conhecimentos sobre psicologia, pedagogia, língua portuguesa metodologia da

matemática, meio Social, expressão Plástica e música, cadeiras a serem leccionadas por técnicos angolanos. Luanda tem actualmente 20 centros infantis, entre privados e do MINARS. Este último tem 05 a 06 instituições do género funcionais, segundo a coordenadora pedagógica do Centro Pró-Jovem, Maria Custódia dos Reis. Participaram da sessão da abertura dos cursos, decorrida no anfiteatro do Ministério da Assistência e Reinserção Social, consultores e alguns directores nacionais desse pelouro. João Baptista Kussumua destacou que essas acções de formação vão abranger diversas áreas do saber, nomeadamente vigilantes de primeira infância, educadores pré-escolares e activistas sociais. Sob a égide da Direcção Provincial da Assistência e Reinserção Social, durante dois meses, os técnicos receberam conhecimentos em matérias sobre “psicopedagogia da primeira infância”, “introdução as instituições aos vigilantes de infância” e “noções de saúde e puericultura”. Os vigilantes receberam ainda formação em matérias relacionadas com as “metodologias de estórias”, “expressão plástica” e “metodologia de jogo e música”.

Na ocasião, a directora provincial da Assistência e Reinserção Social, Amélia Casimiro, disse que este curso enquadra-se no programa de formação dos técnicos do ministério de tutela, principalmente na área de primeira infância. A direcção provincial da Assistência e Reinserção Social controla 300 vigilantes enquadrados em 19 Centros Infantis de Educação Comunitária (CIC-CEC).”

ANO DE 2014

[DADO SSA/P N° 60:

Primeiros licenciados do ISSS]

Saíram do Instituto Superior de Serviço Social (ISSS) para o mercado laboral os primeiros 106 licenciados em “assistentes sociais” e 64 em “educadores de infância”.

[DADO S/P N° 61:

Casa dos Rapazes de Huambo]

Em 15 de Agosto de 2014, a Casa dos Rapazes do Huambo organizou e ofereceu uma “Gala de Beneficência”, celebrando o 59º aniversário de sua criação, ainda em Fase Colonial (cf. DADO SSA/C Nº 28).